

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO  
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIANA PIANCÓ DE OLIVEIRA

**A BUSCA POR DIREITOS PARA PESSOAS DA TERCEIRA IDADE: UMA REVISÃO  
HISTÓRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NO  
BRASIL**

JUAZEIRO DO NORTE – CE  
2018

MARIANA PIANCÓ DE OLIVEIRA

**A BUSCA POR DIREITOS PARA PESSOAS DA TERCEIRA IDADE: UMA REVISÃO  
HISTÓRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentado à Coordenação do Curso de Graduação Serviço Social no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel. **Orientador (a):** Sheyla Alves Dias.

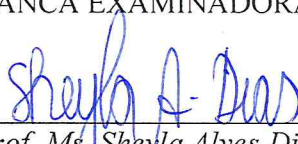
MARIANA PIANCÓ DE OLIVEIRA

**A BUSCA POR DIREITOS PARA PESSOAS DA TERCEIRA IDADE: UMA  
REVISÃO HISTÓRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA  
IDOSA NO BRASIL**

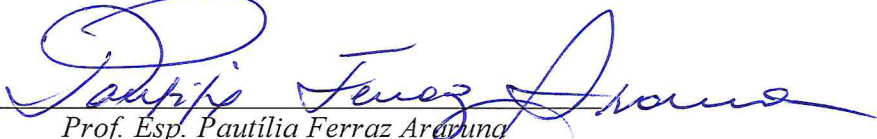
Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Graduação Serviço Social no Centro  
Universitário Dr. Leão Sampaio, em  
cumprimento às exigências para a obtenção do  
grau de Bacharel. **Orientador (a):** Sheyla  
Alves Dias.

Data de aprovação 05 / 12 / 2018

BANCA EXAMINADORA:



*Prof. Ms. Sheyla Alves Dias*  
Orientador



*Prof. Esp. Pautília Ferraz Araújo*  
1º Examinador



*Prof. Dra. Rúbia Aurenivea Ribeiro Lossio*  
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE – CE  
2018

Dedico aos idosos que tiveram a disponibilidade de acrescentar assuntos relevantes para o meu trabalho, a Deus e a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a aqueles que duvidaram da minha capacidade em continuar a seguir a vida acadêmica, com forças para prosseguir e mostrar a capacidade em que todos têm ao batalhar o seu sucesso, tenho a imensa gratidão a Deus por sempre me erguer todos os dias e me da forçar pra continuar nessa jornada.

Aos meus familiares, meu pai Daniel, a minha mãe Josemary e a vó Marizete que sempre batalharam para que pudesse prosseguir com meus estudos, são meus maiores incentivos e exemplo de vida. Separo uma linha extensa para minha irmã Paloma que esteve sempre ao meu lado, me incentivando a continuar, sempre e sendo a minha base que me encorajou a todo o momento e nunca deixou desistir de nada que pudesse a ser de valor para minha vida.

E durante esses quatro anos de luta sou grata por ter conhecido pessoas especiais, começando pela dupla Shakira Abreu e Jeyse Évelin que sempre me passaram positividade, mostrando as qualidades que tenho e seguindo essa vida acadêmica tão extensa e nada fácil sempre com ajuda e incentivos delas, e a Maria Karoline que passou a me acompanhar em todos os processos em que o curso impôs sempre fazendo com que os objetivos a serem alcançados.

Por fim, aos professores que me passaram aprendizagem essencial tornando o meu saber excelente diante da teoria e da prática, e a minha orientadora Sheyla Alves Dantas por me ensinar e ter paciência nesse Trabalho de Conclusão de Curso.

“Isso também passa”

**Chico Xavier.**

## RESUMO

O foco geral deste trabalho é relacionado aos direitos da pessoa idosa, tendo presente opiniões sobre o seu cotidiano no Centro de Referência do Idoso, nessa monografia é representada a trajetória do processo de programas e projetos implementados para pessoas idosas e a evolução de leis ofertadas para os mesmos. Os objetivos do trabalho baseiam-se na análise das leis para a pessoa idosa e assim discorre todo processo da pesquisa, desde o princípio analisando a trajetória das leis concedidas para a população da terceira idade e diante desse processo se tem a existência das dificuldades para o público da terceira idade, nisso engloba a compreensão das políticas públicas e atendimento socioassistencial para os mesmos, os quais destacam todos os direitos promulgados para a pessoa idosa. Desenvolvendo o trabalho a questão norteadora é embasada na dificuldade da garantia dos direitos dos idosos no Brasil, e a relação da questão vem sendo relacionada com o decorrer do assunto, trazendo os direitos ofertados para os mesmos, as políticas públicas baseadas nas legislações pertinentes para pessoa idosa por fim a compreensão da população idosa sobre as leis ofertadas. O estudo baseou-se no histórico da política de atenção as pessoas idosas no contexto brasileiro. E o método aplicado na continuação do estudo passou a ser de forma bibliográfica, analisando assunto já existente que enriquece o trabalho escrito, e tendo como método de coleta de dados a entrevista, onde passou a ser feito a pesquisa de campo no Centro de Referência do Idoso na cidade de Juazeiro do Norte-CE, os idosos entrevistados foram apenas 14 com usuários entrevistados idade de 60 a 80 anos. Concluindo-se a junção de aprendizagem que percorre com o decorrer da exploração de livros, artigos e informações ditas pelos idosos na instituição onde aconteceu a coleta de dados, que possa ser trabalhado em cima da sociedade, dos profissionais, familiares que acompanham os idosos e para os próprios idosos. Os resultados são de fundamental importância que os profissionais da unidade, que atuam na aérea e tem conhecimento específico sobre os direitos dos idosos pudessem estar discutindo para os mesmos sobre tais direitos afim de terem total compreensão e passarem a ser empoderados.

**Palavras – Chaves:** Idosos, Direitos, Leis, Dificuldades.

## **ABSTRACT**

The general focus of this work is related to the rights of the elderly, having in mind opinions about their daily life in the Reference Center for the Elderly, in this monograph is represented the trajectory of the process of programs and projects implemented for elderly people and the evolution of laws offered for the same. The objectives of the study are based on the analysis of the laws for the elderly and if they have an understanding about them, and thus discusses all the research process, from the beginning analyzing the trajectory of the laws granted to the population of the old age and before this process has the existence of difficulties for the public of the elderly, this includes the understanding of public policies and social assistance for them, which highlights the rights enacted for the elderly. Developing the work the guiding question is based on the difficulty of guaranteeing the rights of the elderly in Brazil, and the relationship of the issue has been related to the course of the matter, bringing the rights offered to them, public policies based on the relevant legislation for the person the elderly population to understand the laws offered. The study was based on the historical care of the elderly in the Brazilian context. And the method applied in the continuation of the study began to be bibliographical, analyzing an already existing subject that enriches the written work, and having as a data collection method the interview, where the field research was done at the Reference Center of the Elderly in the city of Juazeiro do Norte-CE, the elderly interviewed were only 14 with interviewed users aged 60 to 80 years. In conclusion, the learning process accompanies the exploration of books, articles and information given by the elderly in the institution where the data collection took place, can be worked on by society, professionals, family members who accompany the elderly and for the elderly themselves .

**Keywords:** Elderly, Rights, Laws, Difficulties



## **LISTA DE SIGLAS**

**EJA:** Educação de Jovens e Adultos.

**INPS:** Instituto Nacional de Previdência Social.

**LBA:** Legião Brasileira de Assistência Social.

**LOAS:** Lei Orgânica da Assistência Social.

**NOB:** Normativa Operacional Básica.

**PAI:** Programa Nacional de Assistência de Idoso.

**PAPI:** Projeto de Apoio a Pessoa Idosa.

**PNAS:** Política Nacional de Assistência Social.

**PNI:** Política Nacional do Idoso.

**SINPAS:** Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.

**SUAS:** Sistema Único de Assistência Social.

## LISTA DE GRÁFICO

<b>GRÁFICO I</b> - Idosos entrevistados segundo o sexo.....	44
<b>GRÁFICO II</b> - Idosos entrevistados segundo a faixa etária.....	45
<b>GRÁFICO III</b> - Renda Familiar.....	46
<b>GRÁFICO IV</b> - Grau de Escolaridade.....	46

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DO IDOSO NO BRASIL.</b> .....	14
1.1 COMJUNTURA BRASILEIRA E OS NOVOS RUMOS DA POLÍTICA NACIONAL DOS IDOSOS. ....	14
1.2 ESTATUTO DO IDOSO: UM ESTUDO DOS TEMPOS ATUAIS. ....	19
<b>CAPÍTULO II - OS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA.</b> .....	25
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS. ....	25
2.2 AS DIFICULDADES EXISTENTES NA BUSCA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. ....	32
<b>CAPÍTULO III - PROCEDIMENTO DA PESQUISA</b> .....	39
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO .....	39
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS. ....	40
3.3 ANÁLISE DOS DADOS .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
<b>APÊNDICE (S)</b> .....	55

## INTRODUÇÃO

Inter-relacionar o número de pessoas idosas no Brasil com processo dos direitos em que foram ofertados para os mesmos requer a compreensão de todos da sociedade, principalmente daqueles que estão ao seu redor e dos próprios idosos, isso oferece a população da terceira idade o seu respeito diante da sociedade em que vive, a estrutura da pesquisa faz parte da história dos direitos da pessoa idosa no começo era adquirido espaços que ofertava benefícios específicos para idosos abandonados e diante desse começo trouxe abertura de leis em que representa o bem-estar para os idosos.

O que norteia o assunto vem por base da dificuldade da garantia de direito para população da terceira idade que de acordo com a questão, desenvolve as seguintes hipóteses que correlaciona com as informações bases trazendo seus direitos legais, as políticas públicas voltadas para a pessoa idosa e a finalidade desse processo têm pelo entendimento que o público tem diante as leis ofertadas para os mesmos.

A definição do tema teve como escolha após ser feito um artigo no 6º semestre na disciplina de Administração em Serviço Social quando o foi pedido pelo professor para que os alunos fizessem um artigo científico com o conteúdo sobre pessoa idosa, e a equipe que fiquei passou a ser escolhido o tema “Administração pública: uma análise das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa no Brasil”, e a partir desse estudo, passou a ser analisados a expansão dos direitos da pessoa idosa e profissional e espaços envolvidos na garantia dos seus bens legais efetivados.

O conhecimento diante das pesquisas feitas em relação dos idosos com seus direitos ofertados alcançam assim os objetivos do seu cotidiano tornando facilitador nas suas vivências, é primordial trazer a autora Nara Costa que diante da construção da monografia me trouxe assuntos claros para que possa ser aprimorado com o decorrer dos estudos sobre a temática da trajetória da efetivação das leis para a pessoa idosa e de acordo e as autoras Boschetti, Pereira, Auxiliadora César e Carvalho que as mesmas trazem em clareza o assunto sobre os direitos das pessoas idosas terem seu impedimento nos anos atrás com a vinda do neoliberalismo.

A metodologia da pesquisa conduz com a teoria do conhecimento, basicamente por pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo de caracteres exploratório e descritivo com fontes secundárias, que se têm vantagens de serem descobertos e formular conhecimentos diante do que são pesquisados, os livros remete aos conhecimentos cotidianos da vida dos idosos que conduz a expansão da pesquisa realizada, desenvolvendo assim as leituras de artigos relacionados ao tema e por entrevistas feitas para os idosos tratando assim sobre a vivência dos

idosos diante dos seus direitos estabelecidos, a coleta de dados foi no Centro de Referência do Idoso na cidade de Juazeiro do Norte- CE, foram 14 idosos e as idades dos entrevistados são de 60 a 81 anos que se disponibilizaram para responder as perguntas, o fato ter disponibilidade para atribuir a essa pesquisa teve de bom grado pela coordenadora da instituição que se depois a ter acesso aos seus usuários, aberto para 384 idosos, onde têm suas atividades diárias que adquirem fazerem atendimentos médicos, atendimento psicológicos, fisioterapia, educação física, atendimento com a assistente social, o espaço é amplo sobre seus direitos e isso me trouxe dificuldades para entrevistá-las, pois todos os dias da semana os idosos estão colocando em dias seu bem-estar.

O primeiro capítulo discutiu sobre a trajetória da população idosa diante de vários acontecimentos que ocorreu no decorrer dos anos, pode ser dito que foram evoluções de melhorias dos benefícios dos idosos passando a ser reconhecido em leis que passou a ser dever do Estado.

No segundo capítulo aborda sobre as políticas públicas em que os idosos têm espaços ofertados para os mesmos com a execução de profissionais que abarcam nos atendimentos socioassistencias aos idosos, e as dificuldades na busca dos seus direitos, por ser dever do Estado e os direitos passam a ser garantidos, houve contratempo em que se tornaram cidadãos que não tinham mais seus bens públicos, já pelo Estado torná-los escasso.

No terceiro capítulo traz a caracterização do estágio supervisionado, nos períodos 6º e 7º semestre de no Centro de Referência de Assistência Social na cidade de Juazeiro do Norte-CE, onde conheci a execução do assistente social nesse espaço amplo de demandas de criança, adolescente, idosos, famílias que necessitam do trabalho dos técnicos que garantem seus direitos ofertados, juntamente com sua equipe multidisciplinar. O procedimento metodológico da pesquisa realizada, de forma em que abordei sobre o assunto que foi exatamente por pesquisas bibliográficas e de campo, no referencial teórico traz detalhadas as formas que foram abordadas diante do conhecimento dos direitos ofertados para a população da terceira idade. A análise dos dados é de acordo com a entrevista de maneira em que foi efetuada e os relatos dos idosos de acordo com as perguntas elaboradas. As considerações finais têm por finalidade do resultado da pesquisa a importância o assunto para a vida dos idosos e para a sociedade. E apêndice traz a amostra do termo de consentimento para que os idosos pudessem assinar de acordo com o que estava escrito devido ao sigilo das respostas ditas e a entrevista elaborada. Por fim referências de livros, artigos e sites que traz informações precisas para o trabalho.

## **CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DO IDOSO NO BRASIL.**

### **1.1 CONJUNTURA BRASILEIRA E OS NOVOS RUMOS DA POLÍTICA NACIONAL DOS IDOSOS.**

A população idosa requer os direitos estipulados por serem indivíduos considerados preferenciais, já que a idade avançada traz uma fragilidade em todos os métodos que muda sua vivência com o passar do tempo, faz um ser devedor do que é promulgado em leis. Nisso, a Constituição Federal de 1988 no qual é estabelecido para assegurar os termos gerais em meios a direitos. Segundo SILVA (2010; p.19), “A Constituição Federal de 1988 - CF/88 - contém determinações sobre os direitos individuais e coletivos: educação, saúde; trabalho; lazer; segurança; previdência social; proteção à maternidade e à infância; assistência aos desamparados”. (BRASIL; 1988.p 19).

Com a Constituição Federal de 1988 regulamentada faz um cidadão de igualdade e liberdade, estipulada assim leis fundamentais, o que traz aberturas de processos a serem seguidos e implementados ao estudar e expandir os direitos em relação à pessoa idosa.

A Assistência Social foi intitulado na Constituição Federal e descrito oficialmente no capítulo da Seguridade Social que é um conjunto integrado de ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade onde engloba os direitos referentes à Assistência Social, Previdência Social e a Saúde. Esta é financiada com receitas de impostos e contribuições sociais dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios, tendo em vista que o poder público deve organizá-la de forma equitativa e universalista.

O tripé que compõe a política de saúde passou a ser universal, a previdência social é para aquele que contribui e a assistência social é para quem dela necessitar. Ao passar a ser um importante aparato para a população necessitada de serviços públicos, progrediu na mentalidade de cada cidadão que se deve prover de seus direitos, pois viviam em situação de desigualdade.

Um retrocesso que ultrapassou a visão e o entendimento do assistencialismo que passou a ser compreendido como mérito social. Que não está somente ligada apenas na necessidade básica da população, mas se estabelecendo uma profissionalização daquilo que provem das utilidades públicas.

Entender que a assistência social em meio da população facilitou o meio público governamental, seu trabalho ao se envolver com a sociedade o trouxe criticidade diante das

problemáticas, que fique claro que o papel da assistência social ampliou a possibilidade de programas que com o passar do tempo favoreceu a população da terceira idade.

No governo brasileiro de Geisel, no ano de 1976 passaram a analisar acerca dessa população, trazendo assim estudos a serem percorrido diante do público da terceira idade. De acordo com a pesquisa feita no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) a população idosa na aquela época era de 90 milhões de habitantes, isso progrediu que o estudo voltado ao idoso para se tornarem um cidadão com seu bem-estar definidos, foi uma alerta importante no ano, isso fez com que os coordenadores de gerontologia que são aqueles que estudam as mudanças do processo de envelhecimento, pudessem progredir a inclusão social dos idosos no país.

Após as análises feitas com o passar dos anos programas governamentais instituíram para que expandissem a vivência e o bem estar da população idosa, o Programa Nacional de Assistência ao Idoso - PAI, onde foi iniciado pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, que foi exatamente inaugurado no governo de Geisel, um programa que assegura a renda dos trabalhadores, para a população que estivesse estipulada seu aposento, sendo isso a constatação para adentrar e fazer parte do programa. Voltando a ser ressaltado sobre o começo de toda era dos projetos percorridos pela pessoa idosa, o PAI foi desenvolvido no país por apenas dois anos.

Houve progressão de programas pactuados à seguridade social, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que com isso faz parte dos órgãos criados nos anos anteriores, trouxe a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Segundo SANCHES, FONSECA (2017; p. 2), “para compreender a LBA e suas políticas assistenciais é necessário analisar o contexto em que a organização estava inserida e os preceitos que regiam a sociedade naquele momento”.

Pelo programa anterior ter permanência limitada, a LBA ficou responsável de assegurar os serviços ofertados a pessoa idosa, então pode ser percebidos que seus direitos eram constantes, por não existir um programa fundamental para o público da terceira idade. Um dos serviços ofertados a pessoa idosa eram, com base nas informações prescritas no artigo de Costa (2001), nota-se que havia sim serviços gerados a população idosa, mas não de forma totalmente governamental, nas unidades distribuídas pelo país recebiam alimentos e matérias de forma caritativa, pessoas que prestavam a se voluntariar para auxiliar os espaços em que haviam os serviços dirigidos aos idosos.

Segundo Costa (2001; p. 151):

b) indireto: a LBA - Legião Brasileira de Assistência - realizava convênios com asilos, pagando um per capita x, por um certo número de vagas para idosos, que ela, através de seus técnicos selecionavam e os encaminhavam aos asilos conveniados, que eram supervisionados por Assistentes Sociais da LBA.

É observado que olhar dessas pessoas para idosos era apenas a resolução da problemática dos mesmos, e não perceber a conjuntura a sua volta, pois trabalhar com criticidade é saber os motivos vivenciados, a família dos idosos não participava dessa realidade, e tendo em vista essas mudanças que percorriam quanto de programas como de modificação dos próprios programas que tinha permanência, a LBA teve sua nova estruturação.

A LBA tinha juntamente outro programa com estruturas parecidas, que era chamado Programa de Atenção ao Idoso (PAI), essa reestruturação diante dos programas trouxe o Projeto de Apoio a Pessoa Idosa (PAPI), esse projeto estipulou para os usuários a maior oportunidade de ter participação na sociedade, com essa oportunidade presente, trazia a cooperação das famílias dos mesmos, algo inovador, por buscar a ver o que existia a sua volta, e diante dessa compreensão analisava-se sua vivência na comunidade, então essa expansão que havia a volta dos idosos, trouxe conhecimento e mais criticidade das demandas expostas.

Diante do entendimento discorrido sobre o Projeto de Apoio a Pessoa Idosa, é interessante ser relatado que a compreensão não vem somente das pessoas que trabalham com os idosos, mas a observação e o entendimento do próprio público da terceira idade, tendo reflexão diante da sua problemática, tudo passa a assimilar tanto ao idoso quanto a família do mesmo.

Pode se ser percebido que a LBA tinha ligação com outros projetos, o que fazia a vivência dos idosos um ser que aos poucos tinha seus direitos ofertados, de forma bastante lenta, mas que com o passar dos tempos eram alcançados.

Por mais pesquisas relacionadas aos anos em que houve acontecimentos significantes a população brasileira, vale ressaltar a importância na saúde, pois todo processo discorre sobre o bem-estar da população idosa, mas a saúde faz parte delas e a falta o atrapalha no país, trazer esse assunto abrange e frisa a importância de todos os projetos que aconteceram no decorrer dos anos.

Em relação ao filme a “História da Saúde Pública no Brasil - Um século de luta pelo direito à saúde”, trouxe o resumo da Saúde Pública brasileira, todo o processo, onde no começo de tudo a privatização era a solução para o governo e a população aceitava por serem



necessários, outros por entender a proporção dos seus direitos e uma forma precisa de chamar a atenção de todos e conseguir o que é dever do Estado abarcar esses direitos.

Devido as Conferências existentes para que a sociedade atribuía ao governo o seu papel para população regido por lei, na 8ª Conferência Nacional de Saúde tiveram a conquista do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), esse processo do CNS tem a participação da sociedade civil, adquirindo conquistas voltadas à saúde para toda a população.

Com base nos relatos sobre a saúde é preciso entender que essas mudanças que ocorreram durante esses anos, aconteceram na Reforma Sanitária expondo todos os processos evoluídos no país. Como o Paim (2012) traz uma citação sobre as três dimensões atribuídas, que são certamente as que encarregam das mudanças exercidas, que são:

1ª) A dimensão específica: como o campo da dinâmica do fenômeno saúde/doença nas populações, que se expressa pelos indicadores disponíveis, como o coeficiente da mortalidade infantil, expectativa de vida, etc., pela experiência acumulada, pela comparação com o nível de saúde já alcançado por outras populações, etc.

2ª) A dimensão institucional: como o campo das instituições que atuam no setor (públicas, privadas, beneficentes), da produção de mercadorias, de equipamentos, a formação de recursos humanos. Este campo é mais tradicionalmente definido como o Sistema ou o Setor Saúde.

3ª) A dimensão ideológica: em que há valores, juízos, concepções, preconceitos que representam a expressão simbólica e histórica de uma dada situação sanitária.

4ª) A dimensão das relações: num dado momento histórico, a organização social e produtiva de uma sociedade leva a que a produção, distribuição e apropriação das riquezas de forma a determinar situações de risco e de possibilidades ao fenômeno saúde/doença. (PAIM: 2012; p. 12-13).

Entende-se que diante da Reforma Sanitária o dever da sociedade civil na Conferência Nacional de Saúde traz basicamente os seus eixos que aprimora as mudanças diante das crises econômicas no país. Isso amplia a visão de todos, tendo a compreensão de que a saúde é o direito de toda a reformulação do Sistema Nacional de Saúde e financiamento do setor.

A importância da saúde pública vem com relação à Constituição Federal de 1988 com os seguintes pontos, segundo Almeida, Galvão (2008; p. 12):

A) O conceito de saúde relacionado a perspectiva social, política e econômica; B) A saúde como um direito social da população e responsabilidade do governo; C) A criação de um Sistema Único como a participação da comunidade, descentralizado em com assistência integral; e D) A integração da saúde no sistema de seguridade social.

Possa ser entendido que a expansão de direitos conquistados compreendem todos e eles passam a usufruir, isso traça uma liberdade e igualdade presente para toda a população brasileira, e devido a essa conquista Costa (2001) traz a seguinte informação relacionada à pessoa idosa.

Surge no Ministério da Saúde, o Programa da Saúde do Idoso, que concentrava ações na área da promoção da saúde e estímulos ao auto-cuidado. Em 1987 lança um projeto educacional “Viva bem a idade que você tem”, através de um pequeno jornal, objetivando discutir com a população brasileira, os diversos aspectos do envelhecimento. (COSTA: 2001; p. 152).

Expôr essa citação traz consigo uma informação fundamental, o que discorre a vivência da pessoa idosa, isso é um resultado satisfatório de acordo com o passar dos anos, e a cada passagem as mudanças, e delas se tem uma evolução. Diante dessa informação, o Ministério Público veio para atenuar nas questões precisas, para aquela população que é considerada incapaz, colocando em posse o que já é regido em leis, é um Ministério protetivo, pois adere aos poderes públicos.

Então, explicar sobre o Ministério Público está de acordo com a vivência da população idosa, pois percorre todo o processo dos direitos onde o Ministério da Saúde soluciona a problemática existente e o Ministério Público abarca todos os direitos favorecidos, tendo relação às ações públicas ofertadas.

Isso permite que a trajetória dos direitos da pessoa idosa sempre foi de formas lentas, mas sempre inovando, trazendo à compreensão de ambas as partes quanto ao que trabalha como para idoso.

Pode se dizer que na década de 1990 o público de pessoas idosas passou ser reconhecido por indivíduos que se têm oportunidades futuras e não se deixa recair por ter idades mais elevadas.

Ao longo dos anos instituiu a Lei nº 8.842 em quatro de janeiro de 1994, a criação da Política Nacional do Idoso, segundo (Costa: 2001; p. 156), “prevê ações de nove Ministérios: Saúde, Educação, Previdência, Trabalho, Cultura, Planejamento, Esporte e Lazer, Justiça, Indústria, Comércio e Turismo”.

E de acordo com a autora (Costa; 2001) a política teve sua realização apenas em 1996, pode ser percebido que o processo durante anos agiu de forma vagarosa, então a implementação de direitos à pessoa idosa como outros processos aos demais, sempre havendo continuidade, e aos poucos exercendo os direitos estabelecidos.

Dessa forma, vale ressaltar sobre a Política Nacional do Idoso, no qual essa institui para os meios sociais a pessoa idosa, segundo a própria Política Nacional do Idoso, os princípios (1994; p. 5-6).

Artigo 3º - A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios: I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito vida; II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei. (BRASIL: 1994; p. 5-6)

Diante desses princípios, pode ser visto que durante os anos anteriores houve conquistas anual de cada um deles, com o passar dos anos a PNI trouxe toda junção, e sendo expostos os princípios presente para que seja entendidas e colocado em prática, é concebido no artigo 3º que já nesse ano o idoso permanece a ter seus direitos constituídos e torna facilitador a sua vivência na sociedade.

Todo esse processo faz tornar a ser uma pessoa que tem seus direitos estabelecidos e que deve usufruí-lo, tornando a sua vida em vários aspectos.

## 1.2 ESTATUTO DO IDOSO: UM ESTUDO DOS TEMPOS ATUAIS.

De acordo com pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Gerontologia, desde 1980, mas as pesquisas são sempre contínuas, a busca sempre de novas estatísticas relacionadas ao envelhecimento. Segundo Silva (2007; p. 281) “Estabelecendo um rol de recomendações sobre a questão dos idosos. A referida Lei foi promulgada a fim de assegurar os direitos sociais do idoso possibilitando condições para promoção da autonomia, integração e participação na sociedade”.

A citação acima reforça o poder da Política Nacional do Idoso, é exposto que a maneira em que a pessoa idosa é inserida na sociedade o faz um cidadão de bem, transparece a inclusão social, e no que se refere à autonomia, integração e a participação na sociedade, é justamente á

guisa demonstra a ser um cidadão igualitário, isso tem toda mudança presente diante desse processo.

Tendo levantamento dessa pesquisa, valem ressaltar que a base dos direitos em relação à pessoa idosa são a saúde e a educação, esses dois são os privilégios para que possam buscar a compreender sua experiência de vida, vem de acordo com a estipulação do seu bem comum, a igualdade e a liberdade que tanto percorre ao longo dos anos. Segundo Ferreira, Texeira (2014, p. 168) “Cabe ressaltar que o processo de envelhecimento deve ser vivenciado em condições dignas de vida, de saúde e de sobrevivência, que podem ser viabilizadas em grande parte quando os direitos são garantidos de fato, e não apenas escritos”.

Visando essas dificuldades que as tinham e de acordo com pesquisas relacionadas, com isso é analisado que adentrar o idoso na área da educação, inclui-se o idoso em um espaço comunicativo, que se tem seu direito, e propunha a não ser ocioso. Com pesquisas científicas Gerontologia e Geriatria, de acordo com o levantamento de pesquisa dos mesmos, se tem toda ligação em ambas às partes, pois um é trabalhado na inclusão do idoso na sociedade, segundo (Donizete, Dutra: 2006; p. 493).

Nesses estudos, evidenciam-se indicações relativas à inexistência tanto de uma conceituação clara quanto de limites que poderiam descrever esse campo como uma ciência do envelhecimento, além de considerações referentes a um elevado grau de incerteza e de controvérsias em relação às bases da gerontologia, que corresponderiam a um conjunto pouco específico de teorias do envelhecimento.

A partir dos estudos do envelhecimento expande não apenas conhecimento diante da pessoa idosa, mas com os números estatísticos e a vulnerabilidade dos mesmos, faz com que essa junção abarca as necessidades estabelecidas, tornam os estudos e as leis uma expansão de direitos com compreensão diante de toda conjuntura acima da pessoa idosa.

Para ter a compreensão diante da citação vale ressaltar que por prevalecer os estudos do envelhecimento é justamente a forma de cada ano em que se passaram seria de acordo a população idosa para assim evoluir seus direitos. E com os programas passados e a PNI se tem um levante diante as leis já existentes, tornando os direitos uma evolução precisa, fazendo com que reforce a condição de viver diante da sociedade.

Em 2003, no dia primeiro de outubro foi decretado o Estatuto do Idoso na Lei nº 10741/03, o artigo 1º traz a compreensão da pessoa idosa dentro das leis favorecidas “Art. 1.º

É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. (BRASIL: 2003; p. 01).

De acordo com a vinda o Estatuto trouxe uma ampliação dos direitos a pessoa idosa, e devido a todas as leis existentes, o Estatuto do Idoso servia para reforçar, obter compreensão dos mesmos e de todos na sociedade, isso requer recursos de que os direitos prevalecidos busca adequadamente uma vivência melhor a pessoa idosa, tanto para o bem físico como para a saúde mental.

Com o objetivo a ser discorrido às leis que fornece a pessoa idosa ser um cidadão diante a legalidade, é importante trazer todas elas que o faz mostrar seu espaço na sociedade.

Então é importante relatar sobre esses seus direitos que o faz um cidadão como todos os outros não somente pela idade avançada, mas por se falar de entendimento é saber que os mesmos são capazes de usufruir em o que se é exposto para eles, o direito promulgado tem a preferência a ser adquirida, então passar a compreender e respeitá-lo diante de todas as situações.

Para dar abertura o assunto é significativo apresentar artigo 2º do Estatuto do Idoso que passa a esclarecer bem mais todo processo discorrido a ser continuado e explícito. Estatuto do Idoso.

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (Ibidem; p.7).

Isso mostra o aparato de que diante dos artigos instituídos discorrem a partir dessa lei se tem total disponibilidade e de fundamentar sobre o seu espaço na sociedade, pois não somente está escrito em leis, mas a legislação pertinente é um entendimento de que não são somente regras estabelecidas, é retomado a apontar sobre a relação em que o profissional tem com o público da terceira idade, pois todo processo quando passa a ter uma visão crítica é importante a ser relatado, não traz um olhar crítico somente para profissionais que trabalham com idosos, de todos e até os próprios que não sabem a tamanha importância que o faz ter seus direitos adquiridos para os mesmos.

Então, com a evolução que perpassa os direitos garantidos a pessoa idosa envolve a atenção na saúde, cultura e lazer esses é o conjunto básico para a compreensão dos mesmos na sociedade, e prevalecendo as leis promulgadas no Estatuto no Idoso torna a sua liberdade e

igualdade mais perto da realidade em que os mesmos vivem. Segundo o Estatuto do Idoso (2003; p. 10) “Art. 9.º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

Com a descrição do artigo 9º prevalece ao Estado que os direitos a pessoa idosa está estipulado diante dos programas e projetos que são existentes para os mesmos, e que faz parte da evolução não somente em leis, mas que instituições existentes expandem todo esse processo.

As instituições que existem pelo país se têm variações de maneiras significativas para pessoa idosa, tornando suas leis a uma realidade crítica para sua vida, com os profissionais que se tem conhecimento sobre o envelhecimento traz consigo uma forma de manter seus direitos, fazendo com que os mesmos entendam e saibam da existência deles e que possa levar para sua vida socialmente e economicamente.

Diante dessas instituições é uma forma de aprendizagem quanto para a pessoa idosa como para os próprios profissionais, mas o papel do Estado prescrito no artigo 9º não há resultados positivos em algumas cidades e bairros, existe sim a falta dos espaços para as atividades favoráveis a pessoa idosa, tornando difíceis acessos para alguns deles que não possui transporte ou até mesmo tem dificuldade de se locomover por não ter no bairro onde reside um equipamento que atendam as pessoas idosas, ou quando não há profissionais disponíveis, o descaso do trabalho estatal possa trazer dificuldades para os idosos, e muito desses obstáculos torna o idoso ocioso, e conseqüentemente dificultam o conhecimento sobre seus direitos.

E com todo esse entendimento diante de profissionais que traz com clareza os direitos da pessoa idosa, possa ser falado do assistente social que com os programas e projetos que o Estado fornece se tem todo entendimento para poder apresentar à população idosa a garantia de seus direitos que os mesmos possuem e com criticidade diante da vulnerabilidade busca a ter resolução das problemáticas que lhe são postas.

A problemática a ser relacionada à pessoa idosa seria exatamente não apenas a aceitação de inclusão social após a instituição das leis, mas isso permanecia para conter com a violência contra os mesmos, então ter o acesso a mais conhecimento diante de leis, artigos e programas faz com que fiquem por dentro dos seus direitos e a família dos idosos possa compreender.

No decorrer dos anos, e tendo das legislações pertinentes a reflexão que aconteceu em volta a população idosa, é viável trazer um artigo da Constituição Federal de 1988:

Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua

dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. § 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. § 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL; 1988; p.2).

Diante do artigo 230 da Constituição Federal de 1988, traz um breve resumo dos direitos básicos que a pessoa idosa possui e o Estado ampara todo esse processo com os programas instalados, transportes qualificados para o acesso da pessoa idosa, a partir da existência do fazer do Estado para a pessoa idosa torna a ser um cidadão.

E com o passar dos anos com a vinda do Estatuto do Idoso em 2003, vale aprimorar o avanço com Conselho Nacional do Idoso em 2004 no dia 7 de julho foi decretado a Lei nº 5.30 com a regulamentação do artigo 40 do Estatuto do Idoso que diz o seguinte:

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: I - a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos; II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos. Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II. (BRASIL; 2003; p.26-27).

E a partir desse artigo, a regulamentação do ano seguinte foi exatamente para a expansão de recursos e seguranças para o acesso do idoso aos transportes que esteja ao seu dispor, isso faz com que a função de se locomover para outros lugares o torne facilitador, aprimorando não somente ao acesso a lugares que são interestaduais, mas a oportunidade de se locomover a lugares mais distantes.

É o que mostra a Política Nacional do Idoso: “Art. 1º Ficam definidos os mecanismos e os critérios para o exercício do direito previsto no art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário”. (BRASIL: 1994; p. 57).

Abordar sobre a saúde nos anos atuais em que teve avanços conquistados pela sociedade civil que a visão daqueles que buscavam melhoria para o país continuava sendo a mesma. Segundo Santos (2012; p. 10):

Foram os princípios e diretrizes do Direito de Todos e Dever do Estado, da Relevância Pública, da Universalidade, Igualdade, Integralidade, Descentralização, Regionalização e Participação da Comunidade. Essa grande

força social e política pelo SUS é da nossa história recente, e deve ser levada em conta para o entendimento das dificuldades e problemas que foram se avolumando, desde então, de modo crescente até que se iniciaram as primeiras avaliações e análises reveladoras de outra política de Estado, real, com rumo desviado dos princípios e diretrizes constitucionais. (SANTOS: 2012; p.10)

De acordo com que o autor cita, traz consigo a expansão de qualidade que a população esta sempre a procura, de manter as atribuições que são direitos de todos e dever do Estado, conforme deveria ser prosseguido.

Conjugar a saúde pública e o acesso que toda população possui, com todo esse processo que está sempre ganhando força a partir de movimentos estipulados pelo cidadão mostra a presente forma de conseguir os seus direitos ofertados, e com a vinda do SUS traz universalidade.

Em 2006, o SUS assumiu um papel importante, a inquietação de uma população com atributos vulneráveis o que trouxe para os mesmos o Pacto pela Vida. De acordo com a atenção a saúde da pessoa idosa e envelhecimento venham em meio ao Ministério as Saúde (2010; p. 8), é de extrema importância expor citação seguinte.

Coerente com a proposta de Envelhecimento Ativo, dentro das diretrizes propugnadas pela Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde, juntamente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, tem buscado qualificar a atenção à saúde das pessoas idosas, contribuindo para que não só tenhamos maior expectativa de vida em nosso país como também agregando mais qualidade aos anos a mais vividos. Afinal, envelhecer com saúde é um direito de cidadania.

Porém, em 2006 a saúde voltada a pessoa idosa tem a aprovação em outubro no dia 19 o Ministério da Saúde na portaria nº 2.528 que seria a Política Nacional de Saúde a Pessoa Idosa. É sucessiva essa propagação e quanto aos outros direitos, e com uma breve explicação da saúde sendo prioritária a pessoa idosa, é relevante sempre trazer essa discussão sobre a saúde, pois abrange o entendimento geral dos direitos.

De acordo com os artigos do Estatuto do Idoso, a busca pelos direitos para propagar ainda mais, permaneceu a ideia de que a saúde é à base da sobrevivência da população da pessoa idosa, não apenas uma forma de garantia, mas a prevalecer o quão é importante.

Com o decorrer dos anos sempre sendo estudado o envelhecimento e a partir do conhecimento sobre os mesmos tendo inúmeros programas, leis e artigos, faz com que possa compreender que o número de pessoas idosas no Brasil vem sempre aumentando, em pesquisa



vinda do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) expõe esses números em anos recentes, esses anos são exatamente comparado de 2012 a 2017, mostra a porcentagem da população idosa no Brasil, em 2012 passou a ter 4,8 milhões de idosos, ou seja, durante esses anos até 2017 passou a ter 30,2 milhões de pessoa idosa no país.

E a prioridade para os mesmos a fortalecimento, pois em 2017 entrou em vigor a lei 13.466/2017 em 12 de julho, foi promulgado para as pessoas com mais de 80 anos possam ter prioridade especial. Segundo com Alburqueque, Justino e Formiga (2017, p. 8).

O conteúdo das alterações refere-se às pessoas com mais de 80 anos de idade, as quais, segundo o autor do projeto, têm muito mais dificuldades, quanto a capacidades e mobilidade, do que as pessoas que ainda estão na faixa dos 60 anos. Como justificativa, o autor do projeto destacou o aumento da expectativa de vida e a conseqüente formação de um grupo populacional com mais de 80 anos que apresenta, segundo toda a experiência, características de vulnerabilidade mais acentuadas, que demandam reconhecimento especial por parte do poder público.

A atualidade mostra a permanência em interesse de modificar as leis, isso torna um espaço adequado para a população idosa, o torna cada vez mais que a mudança no corpo e a idade não é um diferencial de tratamento, acerca de discriminação, isso faz com que de acordo com envelhecimento à importância maior daqueles que tem dificuldades mostra em lei o seu espaço na sociedade. E que por tratamento especial para os mesmos e o que está escrito em leis possa entender a fragilidade da pessoa idosa e requer cuidados específicos.

## **CAPÍTULO II - OS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA.**

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS.**

Entender a inserção das políticas públicas no país é transparecer sobre cada ação que as tem na sociedade, que seria por meio de programas e projetos, e esse ato de administrar o Brasil o traz uma organização perante aos meios públicos.

Esclarecendo o ato das políticas públicas para a população da terceira idade requer a compreensão do atendimento socioassistencial a pessoa idosa, onde ocorre sobre a Política Nacional de Assistência Social que traz todas as bases importantes para manter o bem comum

de toda a população. Buscando a aprimorar a existências de leis que ofereçam a universalidade, vale frisar a trajetória da assistência social na garantia de direitos.

Portanto, a Lei Orgânica da Assistência Social de nº 8.742 promulgada em 7 de dezembro de 1993, passa a definir que a assistência social tem como objetivo ao entendimento de leis, diretrizes e objetivos fundamentais para toda população. Segundo Arruda, Isolda (2007).

O caráter público e estatal dessa política, associado às diretrizes da descentralização com participação popular, expressa os seguintes elementos constitutivos: gratuidade processualidade, sistematicidade, organicidade e continuidade na prestação de serviços; existência de financiamento público continuado; intervenção técnica qualificada; atendimento às demandas sociais, geradas especialmente pela pobreza e pelo desemprego; primazia da responsabilidade estatal e complementariedade pela sociedade civil; organização de uma rede pública de serviços; inserção na agenda pública; controle social. (ARRUDA, ISOLDA: 2007; p.154).

De antemão a LOAS estabelece características que beneficiam a população que necessita de utilidades públicas, fortalece o vínculo da sociedade com os poderes públicos diante da Lei nº 8.742.

A compreensão da assistência social diante dos direitos se tem a articulação com a Política Nacional de Assistência Social aprovado em 2004, um termo regulado para o seu funcionamento na Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Transparece a relação que o socioassistencial tem com as problemáticas que surgem na sociedade, devido à vulnerabilidade existente traz a particularidades das problemáticas em questão, não passa a ser despercebido no olhar dos profissionais que estão disponíveis a arcar as demandas que lhe são postas e agindo assim um fortalecimento de um Estado Nacional tendo a capacitação de impulsionar nos movimentos sociais e compromisso ético-político, visando nos direitos sociais.

No ano de 2005, para a assistência social houve um viés de acontecimentos importantes nesse período, com a chegada da NOB/SUAS na data de 15 de julho com sua aprovação e surgiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tendo aprovação da lei no CNAS dando consentimento à norma nacional básica da Assistência Social NOB/SUAS. Um sistema de bastante importância no Brasil para poder abranger bem mais o entendimento socioassistencial no país. Veio para proporcionar o sistema à proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, pessoas que vivem em situação de riscos, para pessoas com deficiências e a integração ao mercado de trabalho. O papel do SUAS é para instituir para o favorecimento dos processos sociopolíticos para incentivar o público populacional.

E com a presente política ofertada onde exemplifica a prevenção de redução de riscos coletivos e individuais, discorre todo o seu entendimento perante aos anos anteriores do seu surgimento, trouxe todo conhecimento da atuação da assistência social e as proteções que a sociedade tem diante dos seus direitos estabelecidos como cidadão.

A NOBRH/SUAS que teve sua aprovação no dia 13 de dezembro de 2006. Essa aprovação foi devido às reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social. É importante discorrer sobre esse avanço, pois passa a expressar de forma qualificada para os profissionais e as instituições que abarcam esses programas.

E de acordo com que foi exposto em relação socioassistencial, é importante analisar a possibilidade que as tem em execução da assistência social e traz a junção dos direitos socioassistenciais, com todo esse processo em que percorre o conhecimento sobre os direitos, vale salientar as soluções que toda população brasileira tem de resolver sua problemática diante da sua garantia de liberdade e igualdade sob seus direitos, pois não é somente válido em leis estabelecidas, mas espaços que acolhe o seu bem-comum.

Espaços que a partir de receber as demandas, passa a analisar e começar averiguar as problemáticas seriam de acordo com os âmbitos que são instalados para a sociedade como a de Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Ambos os espaços nota-se suas diferenças, mas que os dois são exatamente para arcar ao cidadão o que é regido por lei. Para terem total compreensão, uma citação presente possa expor o que cada localidade exerce na vida de cada um. Na Política Nacional de Assistência Social traz essas informações mais explícitas.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização.

Proteção Social Especial Além de privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social. O termo exclusão social confunde-se, comumente, com desigualdade, miséria, indigência, pobreza (relativa ou absoluta), apartação social, dentre outras. Naturalmente existem diferenças e semelhanças entre alguns desses conceitos,

embora não exista consenso entre os diversos autores que se dedicam ao tema. Entretanto, diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indignidade, que são situações, a exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço. A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL: 1994; p. 36 e 37).

E por essas proteções sociais que está de acordo com as devidas problemáticas, e daí a população vulnerável passa a conhecer programas, leis e mais instituições que possa oferecer atenção especial.

Criar possibilidades que tornem a ser organizado nas Políticas Públicas isso sendo de forma adequada para a população brasileira, serão materializadas onde todos possa recorrer através delas que são a saúde, educação e justiça.

Destacando em linhas gerais as Políticas Públicas oferecidas para toda a população é sempre importante focar nos direitos em que elas possuem, são exatamente por meio da assistência social, previdência social e a saúde, são os principais para estabelecer o que são adequados.

É dessa maneira que são garantidos os direitos do cidadão, pois com a problemática recorrente e o meio governamental se tem a solução a partir das Políticas Públicas. Discorrer sobre cada uma das políticas públicas que são direitos do cidadão e poder do Estado, para que seja claro são importantes exemplificar cada uma delas.

A Lei Orgânica de Saúde de nº 8.080 em 19 de setembro de 1990 que regulamenta a CF de 1988 surgiu para que possa qualificar a gestão pública, isso tornando não somente para aqueles que irão atuar na saúde, mas para quem estiver ao dispor de usufruir possa ter o entendimento sobre o Sistema Único de Saúde, tornando a ser universal todos possam entender o que está sendo estipulado para toda população brasileira.

E com a compreensão da assistência social e as políticas públicas para toda a população vale salientar sobre as políticas públicas para a pessoa idosa e o atendimento socioassistencial para os mesmos, isso faz com que possa ser entendido sobre essa população que são fragilizadas.

E o que faz ser algo mais compreensível que esteja de acordo com a pessoa idosa é a PNI que foi promulgada em 2004 na Lei de nº 8.842/1994, correlaciona com os programas que se dá à abertura para as demais políticas para a pessoa idosa.

E com atribuição, em 1999 no dia 10 de dezembro estabeleceu a Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa na Portaria de nº 1.395, na integração aos mesmos para tornem um ser que tenha sua própria autonomia e independência.

Em definições maiores sobre da saúde pública para o idoso vale salientar que em 2002 para ser potencializado e organizado o meio de vida dos idosos, implantou-se as Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso (Portaria GM/MS nº 702/2002).

Tendo como base a condição de gestão e a divisão de responsabilidades, definidas pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS 2002). Como parte de operacionalização das redes, são criados os critérios para cadastramento dos Centros de Referência em Atenção à Saúde do Idoso. (BRASIL: 2010; p. 19).

Com a saúde constata-se os processos que se tem para a pessoa idosa de adquirir sua integração nas políticas públicas traz com clareza a efetivação do poder público na inserção no meio educacional, pois se acredita que com educação o idoso terá aprendizado qualificado e o mesmo possa compreender sobre seus direitos sociais. Segundo Oliveira (2000):

O idoso encontra-se incluso em legislações específicas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000), o idoso é citado, porém dentro desta modalidade. Apesar da inclusão do idoso na EJA, percebe-se que caracterizá-lo como adulto submerge todas as suas peculiaridades, além das diferenças conceituais e necessidades educacionais. Deve-se pensar e analisar quais os motivos que levam o idoso à EJA, para que se institua uma metodologia e materiais adequados, além de um profissional preparado para trabalhar com este público. (OLIVEIRA: 2000; p.06)

Já o Estatuto do Idoso veio em 2003 onde são determinados artigos qualificados para a pessoa idosa onde expande várias formas de viver do idoso, tornando um ser de direito estabelecidos de forma qualificada, onde expõe que os meios públicos e possam ser atendidos e compreendidos de forma em que os artigos presentes apresentam. Com a LOAS vigente teve suas atribuições sob o Benefício de Prestação Continuada e com a Lei nº 10.741 teve suas alterações, segundo PEREIRA (2006).

Benefício de Prestação Continuada: trata-se de benefício não contributivo, isto é, que não requer contribuição de seus destinatários, previsto na Constituição Federal vigente, regulamentado pela LOAS e endossado, com alterações, pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003). Nessa alteração,

consta que, aos idosos, a partir de 65 anos - e não de 67 como prevê a LOAS - que não possuam meios para prover sua subsistência e nem de tê-la provida por sua família, é assegurada um provento mensal de 1 (um) salário mínimo (art.33). Outra alteração digna de nota é que o benefício concedido a qualquer membro da família não será computado para fins de cálculo da renda familiar definidora da linha de pobreza estabelecida para o acesso ao benefício, tal como indicado na LOAS. Este benefício em dinheiro é pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com recursos transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social, e seu recebimento é feito com cartão magnético. Entretanto, ele não é vitalício, podendo ser suspenso sempre que as condições que lhe deram motivo forem superadas. (PEREIRA: 2006; p. 4)

Ao estabelecer lugares para promover o bem-comum para toda população, é evidente que a partir do conhecimento do SUAS onde abarca sua trajetória de aprimoração a proteção social é importante citar que o mesmo que expande e traz consigo o que lhe são postos a desenvolver os seus direitos que já são existentes, que desenvolve por meio de benefícios, programas, projetos e serviços.

De acordo com o processo em que SUAS sempre expomos para a população, então convém citar que no ano de 2015 em projeto de Lei nº 2029/2015 criou-se a Política Nacional do Cuidado, onde fortalece aos demais programas e instituições e a dimensão do quanto à pessoa idosa tende a possuir o que é estipulado em lei e ter mais oportunidades nas políticas públicas.

Isso reforça a fragilidade presente em que a população da terceira idade e vem junto com as dificuldades, conforme com BRASIL (2017; p.03). “Necessidade de provisão de alternativas de cuidados para pessoas em situação de dependência e semidependência, em complementação aos cuidados tradicionalmente ofertados pelas famílias”.

Possibilitando a esse projeto perpassa que o Estatuto do Idoso está sempre de acordo, mostrando em artigos que os idosos estão relacionados não somente a família, mas a comunidade, sociedade e Estado, essa junção é estabelecido que a pessoa idosa determinasse sua igualdade e liberdade diante dos poderes públicos.

É nesse sentido que deve se atenuar nas questões possibilitadas para a população da terceira idade, de acordo com GOMES, SANDRA (2009; p 14) “Política pública de proteção social, a assistência social torna-se política pública e direito de cidadania, deixando de ser ajuda ou favor ocasional e emergencial. Portanto, é exigível e reclamável”.

Compreende-se que a assistência social por estarem presentes nos direitos do cidadão estimula aquilo que já estipulado, não exatamente entendido por uma ajuda, mas sim algo que possa ser reforçado para a população em meios de informações importantes para sua vida.

Como já foi discutido anteriormente sobre a proteção social básica e a proteção social especial, são elas que empenham para que os idosos sejam saudáveis, a criar vínculos familiares, e a partir de grupos específicos para os idosos traz uma forma de se relacionar com os outros. É desse modo que faz com que programas e projetos públicos em relação à pessoa idosa tornem cada vez maiores.

A importância em que existe diante a essas proteções instaladas nas instituições se tem por meio de que o idoso procura a ter mais confiança com os demais, e o vínculo familiar estabelece isso, para que a família tenha total entendimento na inserção do idoso nas políticas públicas, saibam dos seus direitos e a compreensão do mesmo por participar de grupos em instituições favoráveis a pessoa idosa, ajuda bastante no meio social e estabelece sanidade mental e física. O Estatuto do Idoso repara toda essa realidade na vida do idoso onde passa a obter mudanças de acordo com o artigo 3º. BRASIL (2003).

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL; 2003; p.8)

Isso revela que não somente as políticas públicas trabalham sozinhas para o bem comum da população de terceira idade, mas que o auxílio maior vem de vínculos familiares é o começo de todo processo para que a pessoa idosa possa viver com confiança diante das coisas e das pessoas aos seus redores.

A família cada vez mais é apontada como suporte da rede social da pessoa idosa, sendo convidada a assumir seu papel de proteção social. A garantia de ofertas de programas e serviços para dar apoio e sustentabilidade às famílias tem lugar privilegiado nas discussões e formulações de políticas públicas sociais incluídas na PNAS. (GOMES, SANDRA; 2009; p. 24).

De forma esclarecedora a citação acima, afirma que em redes de instituições como a família é o alicerce para que as mudanças significativas na vida dos idosos e se propaguem a toda junção necessária que se tem a assistência social e as políticas públicas, pois a partir do momento em que é entendido que o Estado passa a disponibilizar recursos financeiros para população se estipula programas em seus devidos espaços.

## 2.2 AS DIFICULDADES EXISTENTES NA BUSCA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

Os fatos que aconteceram para se ter uma contrariedade na busca dos seus direitos é a relação da existência de instituições as que permaneceram ativas pela sociedade civil que são as ONG's, Terceiro Setor que são as organizações de iniciativas privadas, mas que os serviços são públicos e instituições privadas que são essas que agem conforme com fins lucrativos.

Desses três tipos de instituições se tem a percepção das que são qualificadas para sociedade, o que torna contraditório em meio de uma a elas são exatamente a privatização, torna incoerente o papel da sociedade civil diante aos direitos que recorreram ao Estado para que sejam mantidos. Segundo Yazbeck relata essa dificuldade de forma esclarecedora, “não existe direito sem sua realização e sem suas mediações fundamentais, passa operar de forma descontínua, incompleta, seletiva”. (2009; p.64).

Conforme a citação presente compreende-se que quando as lutas passam a ser esquecidas não há uma segurança maior de poder mostrar para o Estado o dever de ser democratizados que são os seus direitos, então recorre ao que acham ser viável na vida deles, para o meio seletivo, privatizado.

Com a ideia de cidadão, segundo Nogueira (2005).

A ideia de cidadão é uma ideia sofisticada, complicada, e hoje me parece que ela está em crise sobretudo porque tende a se afirmar quase que exclusivamente no plano dos direitos, deixando para trás o plano das obrigações. É uma consequência do clima geral, de pouca perspectiva coletiva e muito individualismo. Junto com a crise da ideia de cidadão há uma crise da ideia de República, ou seja, o cidadão republicano está hoje gravemente reduzido ou à condição de consumidor ou à condição de eleitor, de alguém que é chamado a referendar decisões que são tomadas em âmbitos aos quais ele não tem acesso. Os cidadãos reclamam, protestam, fazem plebiscitos, votam regularmente de dois em dois anos ou de quatro em quatro, mas não conseguem entrar no ventre em que são geradas as decisões. (NOGUEIRA: 2005; p.9).

A uma ideia condizente onde perpassa sobre o país a ideia de cidadão que não é somente aquele que consome dos poderes políticos, mas que participa da vinda das políticas públicas para os mesmos, tendo assim acesso direto a entrada de permitir instabilidade de bem estar para população, a partir da permanência torna a sua decisão concede a preservação de todos.

Para que seja totalmente entendida essa era das dificuldades sobre os direitos da sociedade vale ressaltar sobre os tempos antigos, onde tudo começa a trazer essas contradições.



Sobressai à forma mais explícita para poder entender o desemprego estrutural que afetou a população brasileira em uma época com acontecimentos que ameaçaram a perda total dos seus direitos sociais. Segundo Tavares, Melin (1998).

O Brasil foi o último dos países latino-americanos, já no começo da década de 1990, a entrar nesse circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial (TAVARES, MELIN: 1998; p. 51).

Na presidência no ano de 1989 quem venceu a eleição foi Fernando Collor de Melo, conquistou a população ao tomar de conta dos objetivos que queria ser estabelecidos no país um deles foi os cortes desnecessários para conter a inflação, nisso não houve um bom resultado, aconteceu várias tentativas de conter a inflação e reduzir gastos que seria desnecessário para o país, nessa época resultou-se de pessoas que se revoltaram com as escolhas do presidente sendo inapropriadas para o Brasil e concederam o impeachment, assumindo o seu cargo o vice-presidente Itamar Franco.

Com os relatos de governantes entrando no poder e atribuindo que a economia do país deve-se estabelecida somente para os governantes e não para a população que necessita, anos depois é mostrado que em outros países impõe regras que América Latina terá o direito de segui-las e continuar com lições desfavorecidas aos cidadãos.

O Consenso de Washington em 1989 aconteceu para a ampliação do neoliberalismo, nos Estados Unidos, visando na América Latina, então se tornou vasto pelos países, as instituições do FMI e o Banco Mundial abriram uma solicitação da cartilha neoliberal, para clientes solicitarem empréstimos ou cooperação econômica, nisso era trabalhado a partir da aceleração econômica, tendo em vista de alegações básicas formada no Consenso de Washington. Apesar de que no Brasil foi um dos países em que demoraram a estabelecer essas regras colocadas, mas com o decorrer do tempo foi um dos lugares em que concordaram o meio da privatização. Com as ideias estabelecidas, cartilha neoliberal e as demais regras em que o Consenso trouxe, tornou o neoliberalismo umas ideias influenciadoras pra os outros países, trazendo uma grande concentração de renda.

No ano de 1990, no Governo de Fernando Collor de Melo, possa ser visto os direitos afetados pelo neoliberalismo e a conjuntura em que a população brasileira vivenciou nessa era tão precária para os mesmos que foi nada significativa para população, pois é onde tudo começa

nos termos econômicos no país. É exatamente atribuído para o acúmulo de capital, e com iniciativa é propagando a atrapalhar as utilidades públicas.

Com a chegada de Itamar Franco no presidencialismo no Brasil, após o Impeachment de Fernando Collor de Melo, ainda havia alta inflação no país e desemprego, então nesse governo foi estabelecido o bem-sucedido o Plano Real formado por Fernando Henrique Cardoso, um plano eficiente contendo com a inflação e o aumento do poder de compras, trazendo-lhe essa época um grande índice de popularidade.

Ao falar dessas importantes épocas acontecidas no Brasil, é esclarecido que pessoas entravam no meio da política, não para melhoria do nosso país, mas um meio do dinheiro rotular no capital, indivíduos gananciosos, pois enquanto muitos viam o quão o país estava devastado decidiram lutar, manifestar para ter em mãos recursos melhores, enquanto quem estava por trás desse controle, apenas pensava na economia rotulando por cima dos próprios, sem pensar nas consequências em que o povo vivia.

O neoliberalismo não defendia a ação do governo sob o Estado, não abria mão das economias para estabelecer recursos para a população, é liberado o comércio nisso ampliando a economia no país, havendo a privatização, diminuição de impostos e a redução de preços salariais, fazendo com que a economia gire em torno do sistema capitalista.

Dificultou o acesso de pessoas que não poderia usufruir da saúde e educação privatizadas, pois o neoliberalismo em si é considerado que o Estado não interfere na economia do país, visando a gerar lucro. Fazendo com que pessoas que necessitam de serviços públicos sofram com as consequências, a maioria do lucro seja circulada no meio privado e elevando ainda mais a rentabilidade para o sistema capitalista.

Passando a determinar às esferas públicas de forma privatizadas de maneira em que haja instituições com benefícios qualificados a população, mas que haverá retorno lucrativo para o Estado. Sendo assim tornando um direito da pessoa humana um modo restrito e com que os afazeres burocráticos do Estado passam a serem totalmente transferidos para a Sociedade Civil, aqueles que podem auxiliar nas demandas de famílias de extrema pobreza.

Diante das dificuldades que se propaga a busca de direito, o neoliberalismo veio para tornar algo enganoso para sociedade brasileira à visão que o Estado passava para população de que a culpa por estarem nessa precariedade não seria do capital e sim com a vinda do neoliberalismo, veio como um disfarce do imperialismo por trás dessa crise econômica que os mesmos impuseram para sociedade brasileira.

A maneira de trazer com clareza o porquê exatamente à classe trabalhadora foi atingida com essa onda neoliberal, a forma deles aumentar os lucros do Estado retirando os direitos

trabalhistas da população, diminuindo o pagamento e demitindo alguns funcionários, isso seria sua estratégia para o aumento de número de mercadorias vendidas por acelerar a força de trabalho isso seria para atender aos interesses da mediocracia.

Para se distinguir tudo que já foi esclarecido sobre o neoliberalismo no país é importante ser visto com clareza essa problemática que o país vivenciou, trazendo assim ameaças a efetivação de direitos para a população. Segundo Couto e Martinelli (2009; p. 94).

Em plena transição e aprovação de mecanismos democráticos e públicos, no Brasil, ao final da década de 90, do século XX, constituíram-se leis que, implicadas pela contra reforma do Estado, começaram a formatar o projeto identificado com preceitos neoliberais os quais tentaram impor uma redução considerável da gestão pública através do Estado. Essas regulamentações pretendiam ampliar, portanto, a iniciativa empresarial e as prerrogativas voltadas aos fins privados. (COUTO e MARTINELLI; 2009; p 94).

Isso só reforça a informar do quanto foi assustador à má distribuição de recursos financeiros no Brasil naquela época, agindo de forma em que não existia a universalização aos benefícios da população tornando o que de fatos são bens sendo algo seletivo, isso trazendo dificuldade de acesso para a classe subalterna.

Com essa sustentação da redução da gestão pública no país se traz consequências significativas para a população pelos direitos necessários que são a saúde e a educação, nota-se o atendimento para a população vulnerável torne algo alienador para que os mesmos possam recorrer sempre à gestão privada. Tornando assim seus direitos em busca da igualdade e liberdade sendo mercantilizado, algo que é vendido para manter na vida daquela população para que assim os mesmos possam usufruir daquilo que foi instituído, mas que não está sendo ofertado de forma correta.

A expansão de lucratividade o faz a população permanecer os restritos dos seus direitos, segundo Boschetti, Amazoneida, Auxiliadora, Bomtempo.

No capitalismo moderno, a classe dos grandes proprietários do capital é relativamente unida, possuiu partes de todos os setores da economia (por meio de seus títulos) e os controla (através de suas instituições financeiras). Isto não impede que as atividades propriamente financeiras e o setor financeiro tenham adquirido, no neoliberalismo, uma maior importância por um lado, tais atividades tornaram-se muito mais rentáveis e, por outro, o controle da economia nacional e mundial pelas instituições financeiras é crucial na manutenção e perpetuação da ordem neoliberal. Por tais razões é que falamos de bom grado em financeirização e em mundialização financeira. (Boschetti, Amazoneida, Auxiliadora, Bomtempo: 2004; p.13).

A expansão dessa economia se tem oportunidades financeiras não somente no país, mas em outros países, o que faz a rentabilidade crescer.

Rebater detalhes desse acontecimento tão significativo para quem comanda o país e desastroso para a classe subalterna, o neoliberalismo que se torna eficaz ao capital, tende a reduzir o poder público para a população e aumentar os casos de números vulneráveis no Brasil.

Isso configura na questão social onde expressa as dificuldades em que a classe trabalhadora se tem ao querer se estabelecer sobre seus poderes públicos, mas que o capitalismo presente impede para que o mesmo possa se beneficiar de forma gratuita.

Sobre a saúde no Brasil as constatações no agravamento em que as esferas públicas entraram em crise. Segundo Santos.

A gestão descentralizada do SUS, especialmente as secretarias municipais de saúde, permanece tensionada e angustiada quando, por um lado, por princípio humano e para evitar omissão de socorro, concentra os baixos recursos nas situações de urgência e as mais graves, com serviços supercongestionados, frequentemente acrescentando recursos municipais aos valores da tabela federal. Por outro lado, sobram menos recursos para a proteção dos riscos à saúde da população e no atendimento às situações não graves, sabendo que a consequência é gerar novas situações graves e de urgência. São cada vez mais frequentes esperas de consultas, exames e internações acima de 6 meses e, frequentemente, de 1 a 2 anos. Esta tensão e angústia atingem também as equipes do MS, inclusive da gestão atual, quase toda originária da gestão descentralizada, mas que por si só não consegue contornar a política de Estado, mais sensível às pressões dos vendedores de medicamentos, equipamentos e outros materiais assistenciais, assim como da medicina especializada e do pesado mercado de planos privados de saúde. (SANTOS: 2012; p.18).

A escassez relacionada à saúde que foi exposto na citação acima é relativamente preocupante, mostra ter violação de direitos das pessoas justamente pela má distribuição de verba no país, isso faz com que o ato de qualificar uma boa saúde seja em instituições privadas onde poucos possam acessar.

Atribuir-se ao neoliberalismo com a estrutura do país sendo destruída nos meios públicos é importante ser ressaltados em linhas gerais, manter a explicação de que com economia brasileira sendo a falta para população o torna seus bens públicos a serem inexistentes para os mesmos, afetando assim o seu bem-comum.

As dificuldades para a população que vivenciou esse processo de crise vale frisar na Previdência Social, a má distribuição de verba consequentemente afetou na Seguridade Social, com relatos presentes, segundo MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY (2010; p. 181).

A despeito das especificidades nacionais, as políticas de Seguridade Social são constituídas por ações compensatórias para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, de cobertura de riscos do trabalho nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário e manutenção da renda do trabalho, seja por aposentadoria, morte ou suspensão temporária da atividade laboral. (apud MOTA: 2000; p. 181).

Explica a importância que faz na vida da população a previdência social, e a falta dela possa prejudicar o meio econômico de muitos trabalhadores que puderam contribuir o que ocorreu para que tornasse insuficiente para a população foi exatamente o aumento do desemprego no país, isso torna preocupante para manter a economia.

Evidencia essa dificuldade na vida da pessoa idosa onde a previdência social em que passaram a serem contribuídas suas verbas não tem o retorno merecedor já pelo aumento de desemprego no país, o que torna a ser um prejudicial para a população da terceira idade, tornando a ser complexo na vida financeira do idoso, pois passa a não ter acesso o direito à aposentadoria.

O difícil acesso aos direitos por serem praticamente retirado pela instabilidade em que o Estado ofereceu para a população faz crescer uma conjuntura de dificuldades, a não lucratividade econômica traz a ideia de que a partir de então a situação de todos tende a piorar, releva a junção de acontecimentos caóticos na política pública, na previdência social e na assistência social.

O grande problema afeta as famílias da pessoa idosa por passarem a ter mais cuidados com os mesmos e ter que arcar na parte financeira também, isso agrava bastante em suas vidas, pois não são todos que tem cuidado de familiares e passa acrescentar casos de vulnerabilidade como violência de todos os sentidos, o que torna preocupante para a sociedade.

Configura essa crise em que toda população brasileira estava passando por terem suas políticas públicas totalmente retiradas, mostra a expansão dessa conjuntura em que vivenciaram, trazendo assim o difícil acesso aos bens públicos, à população idosa sofre com esse período tornando a sociabilidade não sendo adequados. Nisso há aumento a violação de direitos da pessoa idosa, as violências físicas, mentais e verbais tendem a crescer por não se ter a estabilização adequada para arcar com toda essa crise que se expandiu no país.

É de fundamental importância inserir na discussão a prática profissional do assistente social diante das dificuldades, devido às expressões da questão social que foram abordadas, pode ser percebido a recarga de demanda que os profissionais tiveram que arcar isso com a busca de estratégias para conter as problemáticas, são elas o aumento da miséria, pobreza, vícios crescentes em uso de drogas e vulnerabilidade. Segundo Costa (2007).

Desse modo, impõe-se à prática profissional dos Assistentes Sociais novos desafios, fazendo-lhes frente à necessidade de compreender as características assumidas pela questão social no contexto vigente, de modo que lhe seja possível criar e recriar novas estratégias capazes de responder a um quadro mais amplo e complexo de demandas apresentadas pelos usuários de seus serviços. Diante das peculiaridades da sociedade brasileira contemporânea, onde a questão social intensifica-se em todos os seus aspectos e manifesta-se em novas e variadas feições, os Assistentes Sociais vêm se deparando com inúmeros desafios, haja vista que todo esse processo repercute diretamente na prática deste profissional. (COSTA: 2007; p. 45).

Devido o difícil acesso as políticas públicas, os problemas perpassam também nas práticas da assistência social, que faz com que os mesmos não possam atender as demandas que lhe são postas. Esse enfrentamento é posto diante de numerosas pessoas em estado de vulnerabilidade, intensifica assim o posicionamento diante delas, isso com mais empenho diante da questão social.

As atribuições perante as respostas às demandas dos usuários são de forma teórica-metodológica, técnico-operativo e ético-político, é a partir dessas dimensões que o assistente social torna enxergar a realidade da sociedade e traz consigo uma maneira qualificada de atender sob as situações vulneráveis da população brasileira para que não pudessem deixar de lado, isso torna a ser um profissional que não atribui as dimensões e aumentar ainda mais a conjuntura de problemas sociais.

Tornando a serem profissionais propositivos, que estejam sempre à frente das demandas que lhe são postas, e com essa enxurrada de populações que necessitavam do seu trabalho fez com que trabalhassem com diligência. Segundo IAMAMOTO (2003).

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo [...]. Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do Assistente Social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de

horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas; ao cumprimento burocrático de atividades preestabelecidas. Já o exercício profissional é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO: 2003; p. 20.21).

Em fases em que a profissão do Serviço Social passou com o decorrer da sua trajetória mostra sempre suas dificuldades perante as práticas de acordo com atendimento aos usuários, mas que essa era do neoliberalismo trouxe a qualificação da profissão com mais clareza, mas que diante a escassez da política pública no país tiveram seus impasses.

## **CAPÍTULO III - PROCEDIMENTO DA PESQUISA**

### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO.**

Uma oportunidade de grande importância que a Universidade Leão Sampaio propõe para os alunos é conhecer o espaço de campo prático do seu curso, e a partir desse conhecimento que tive durante um semestre e outro, atribuiu para conhecer bem mais a execução do Assistente Social.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, instalado na cidade de Juazeiro do Norte- CE, propôs das demandas recebidas um amplo saber que o Assistente Social faz juntamente com sua equipe multidisciplinar, o espaço atribuí para a população que necessita dos seus fazeres técnicos para garantia dos seus direitos.

O CREAS tem como responsabilidade de atribuir serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, quanto à violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. A maneira em que é abordado sobre esses casos é através das denúncias feitas que a instituição recebe, e a partir disso passam ser analisado o caso que foi acompanhamento durante um tempo indeterminado, isso para família ou o indivíduo se sinta acolhido diante seus direitos que a equipe passa a ser garantidos.

A forma em que os profissionais do CREAS passam a analisar e enxergar a problemática são de acordo com sua profissão ético-político e com as instruções do espaço que oferece salas disponíveis para que o assistido se sinta confortável e que as informações possam ser sigilosas.

O equipamento que mantém equipes disponíveis para as demandas que lhe são postas que são as equipes de medidas socioeducativas, da abordagem social, proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos.

Tive oportunidade acerca da equipe e serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI, onde passou a ser observado nosso comportamento, análise dos casos que chegavam até a técnica e todas as outras atividades que são abordadas.

Devido o equipamento ter extensas equipes de acordo com cada demanda, eles se associam com os demais profissionais, então para tornar de fácil acesso da população com a instituição, isso tem todo processo de pessoas qualificadas que são motoristas disponíveis para visitas domiciliares ou instituições ligadas ao CREAS, psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais.

O objetivo em que a instituição fornece de acordo com espaço adequado para ser instalado profissionais qualificados para a ação, é exatamente a acolhida, escuta qualificado, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, permite os direitos socioassistenciais com relação à proteção social.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

A referida pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa de forma descritiva e explicativa no que concerne ao Centro de Referência do Idoso – CRI, na cidade de Juazeiro do Norte-CE.

A escolha do instrumento de coleta de dados foi à entrevista pelo fato de que conduz a perguntas elaboradas que diante das respostas dos idosos possa ser analisado o seu conhecimento diante do tema dos direitos efetivados para os mesmos em detrimento do tempo em que os idosos estavam à espera do atendimento médico, psicológico, e outros de saída para sua residência, mas que abordagem foi tranquila em questão a isso, os idosos se mostraram atenciosos aos respondê-los, isso facilitou as análises dos resultados.

Para tanto, as vantagens da entrevista permite que possa ser coletado informações que são ricas de conhecimentos cotidianos e de bastante profundidade, possa ser percebido que de



acordo com os relatos as atitudes dos idosos ajudam bastante nos resultados, isso proporciona para a pesquisa grande flexibilidade sobre o aspecto da vida social dos idosos. Segundo Gil (2002).

É fácil verificar como, entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo aos entrevistadores forçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Pode ser, enfim, totalmente estruturada quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas. (GIL:2002; p. 117).

Também passou a analisar os estudos em conteúdos de fonte secundarias, como livros, artigos científicos e buscas em sites, observação dos participantes, pesquisa bibliográfica entre outras alternativas, segundo Gil (2002).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (IBIDEM; p.44).

Com citação acima mostra as etapas que foram realizadas com o decorrer da pesquisa, e o conceito sobre a pesquisa bibliográfica abrange o conhecimento diante dos livros e artigos relacionado ao tema.

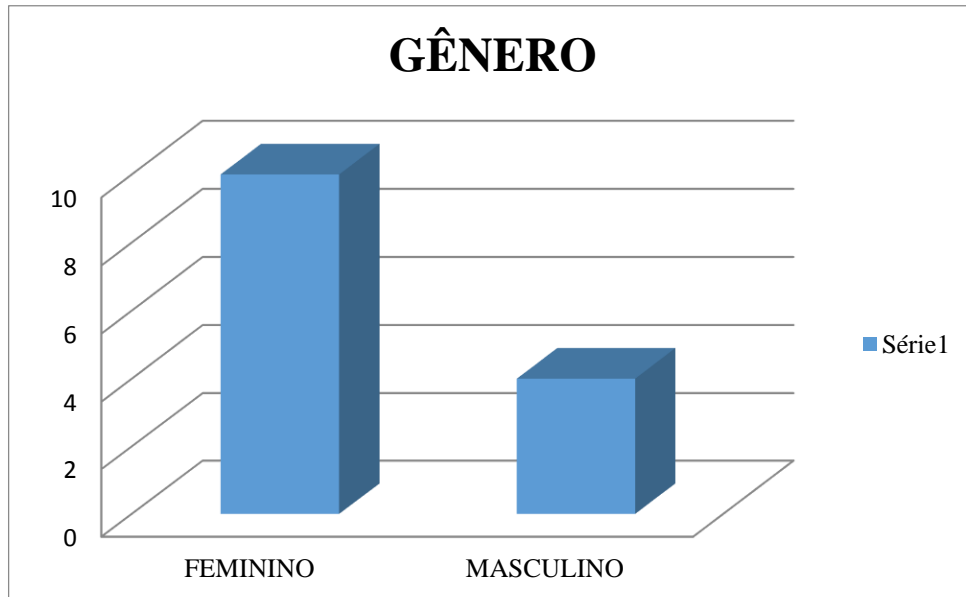
A abordagem realizada no Centro de Referência do Idoso – CRI na cidade de Juazeiro do Norte - CE, propôs os seguintes números de idosos que disponibilizaram seu tempo para que através de suas respostas pudessem ser analisados o estudo, então foram exatamente 14 idosos de idade entre 60 à 81 anos, a pesquisa teve seu tempo a ser realizado de agosto de 2018 até novembro do mesmo ano.

### 3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada no Centro de Referência do Idoso na cidade de Juazeiro do Norte-CE, fica localizado na rua Monsenhor Esmeraldo, um espaço amplo que recebe 384 idosos, a pesquisa foi realizada em um dia da semana com a autorização da coordenadora do local teve acesso para entrevistar os idosos que estava presente neste dia, havia 25 idosos espalhados pela instituição, uns nas atividades físicas e outros em salas com atendimento médico, psicólogo e na fisioterapia, o que foi difícil aborda-los, os idosos em que tive oportunidade de realizar as perguntas, a maioria ficaram mais inquietos mas nas perguntas abertas em que era interrogado sobre as leis que conhecem e se sentem respeitados perante as leis, e muitos demonstravam agitação e diziam o quanto não se tinham respeito até com os familiares e isso mostra o quanto é desconfortável se sentir a vontade em ambientes que não fornece seu bem comum.

Os princípios éticos da pesquisa foram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a Resolução da CNS nº 510 de 2010 que sobre o sigilo dos entrevistados.

**Gráfico I-** Idosos entrevistados segundo o sexo.



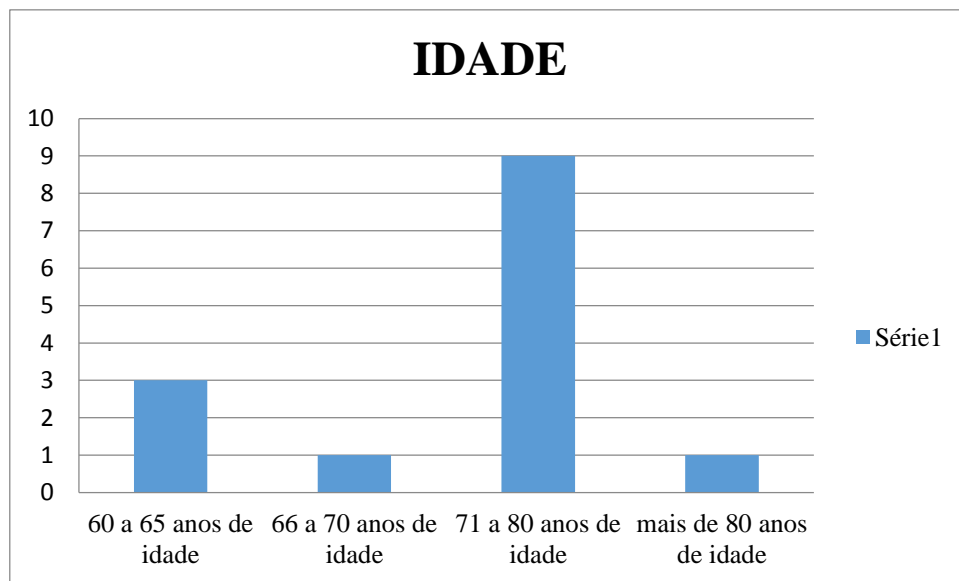
**Fonte:** Primária (2018)

Observa-se que de acordo com os resultados diante do gráfico acima, expõe o gênero que mais frequenta o local, isto possa ser visto, é do sexo feminino passa a ter mais cuidado sobre a sua saúde e a conhecer os seus direitos, e não somente isso, pois o espaço recebe vários idosos e o ambiente é um meio de se comunicar com as outras pessoas, por estar aberto todos

os dias da semana e disponibilizando atividades físicas como: natação, dança, alongamento, acompanhamento psicológico, atendimento médico e fisioterapia. Segundo Pinheiro, Smith (2014).

Os dados encontrados permitiram a verificação de que saúde e os seus cuidados diferem para homens e mulheres, o que indica a influência de gênero na construção dessas representações. Tradicionalmente as mulheres foram designadas como responsáveis por cuidar e manter o zelo pela saúde de toda a família, inclusive dos homens. De outro lado, os homens aprenderam que deveriam deixar de lado muitos hábitos saudáveis, bem como a preocupação com a saúde, a fim de manter sua masculinidade, dedicando-se ao provimento do lar através do trabalho. (PINHEIRO, SMITH: 2014; p. 637).

**Gráfico II-** Idosos entrevistados segundo a faixa etária.



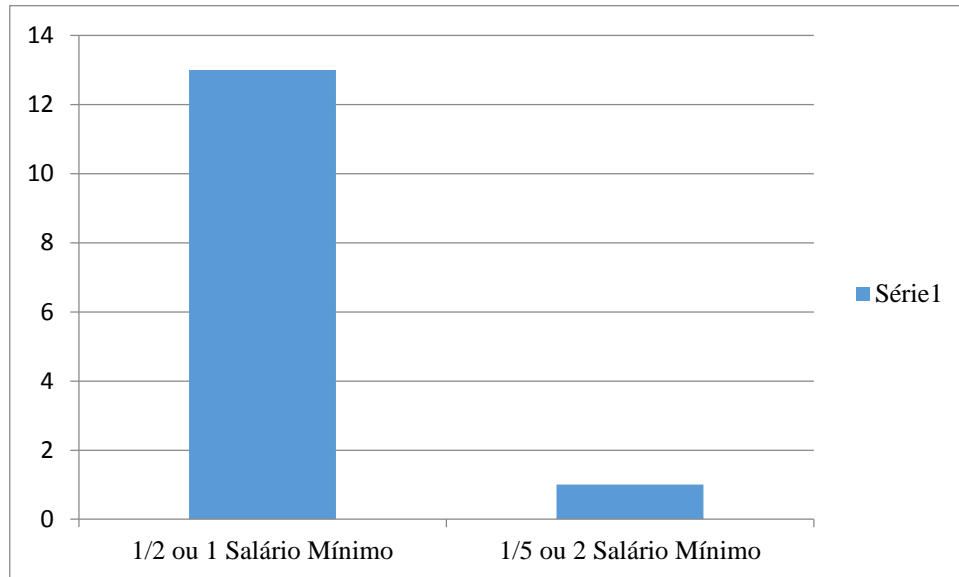
**Fonte:** Primária (2018).

O gráfico demonstra que os idosos, na faixa etária entre 70 à 81 anos de idade que correspondem a 9 idosos, são os que mais frequentam o Centro de Referência do Idoso (CRI), apesar dessa faixa etária apresentarem menos autonomia, são esses idosos que são assíduos e buscam as atividades em prol de conhecer os seus direitos e usufruírem das atividades desenvolvidas pelo CRI. Segundo Schneider e Irigaray (2008).

O envelhecimento é resultado de uma construção que o indivíduo fez durante toda a vida. A auto-eficácia, que é a crença do indivíduo na capacidade de

exercer controle sobre a própria vida, está relacionada às escolhas pessoais de comportamento durante o processo de envelhecimento e à preparação para a aposentadoria. Saber superar as adversidades determina o nível de adaptação a mudanças e a crises próprias do processo de envelhecimento (apud WHO, 2005). “Homens e mulheres que se preparam para a velhice e se adaptam a mudanças fazem um melhor ajuste em sua vida depois dos 60 anos”. (SCHNEIDER e IRIGARAY: 2008; p.592).

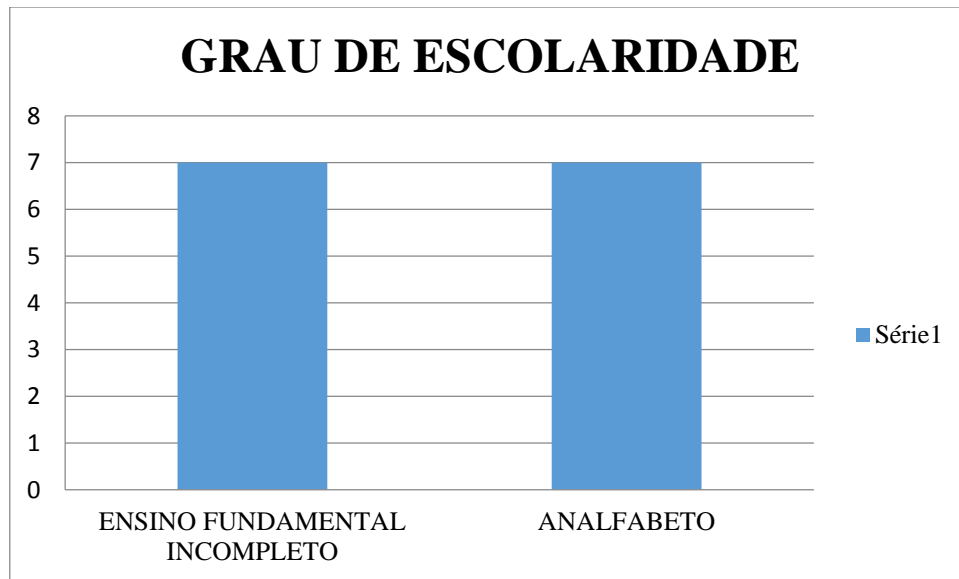
**Gráfico III – Renda Familiar.**



**Fonte:** Primária (2018).

A maioria dos entrevistados recebe uma renda mensal entre  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo que corresponde a receber apenas o BPC ou por auxílio dos filhos que mantêm a casa já por que os idosos estão tendo dificuldades para receber a aposentadoria. Analisando o artigo em que inclui informações de fundamental importância, relata que acerca de 24,5 dos idosos residem com sua família em que a renda é inferior a um salário mínimo, isso traduz a importância da previdência social na instabilidade financeira dos idosos e suas famílias. (LUZ, FREIRE, PONTES, QUEIROS, DIAS; 2015).

**Gráfico IV-** Idosos entrevistados segundo o grau de escolaridade.



**Fonte:** Primária (2018).

A maioria que frequenta o Centro de Referência do Idoso não chegou a completar seus estudos, os que foram entrevistados relataram que sabem apenas escrever o seu próprio nome, ou seja, são analfabetos funcionais. De acordo com Manegon e Almeida, “concluimos que alfabetizar não é só o simples ato de ler e escrever são, mas do que isso é ensinar ou ajudar o indivíduo a conviver em sociedade, saber se portar em diferentes situações sociais”. (MENEGON, ALMEIDA: 2014; p. 440).

Observa-se que o local escolhido para coletar os dados é amplo para os idosos onde adquirem autoestima e autoconhecimento aos idosos junto com os profissionais específicos que trabalham na área, e a partir de instituição pública aberta para acolher a população a partir de 60 anos de idade traz conhecimento de todos os aspectos.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRI diante desse espaço que fornece bem-estar a população idosa pode trazer informação importante que ajuda na monografia trabalhada acima dos assuntos sobre seus direitos, pois no local fornece todas as leis que são efetivadas.

O que atribui a realizar a entrevista em um lugar específico é exatamente para análise das perguntas de acordo com as respostas que os idosos apresentaram, juntamente com relatos importantes.

As perguntas abertas elaboradas na entrevista passou uma análise de importantes informações diante dos relatos dos idosos, a referida pergunta teve a seguinte interrogação, se os idosos entrevistados conhecem alguma lei que protege a pessoa idosa, e quais são elas.

ID 2: “Diz apenas conhecer o Estatuto do idoso e relata ter todo apoio que precisa”.

ID 6: “Relatou ter conhecimento apenas nos transportes públicos e no Centro de Referência do Idosos”.

ID 13: “Não conhece nenhuma lei”.

Diante das respostas apresentada observa-se a falta de conhecimento que os entrevistados tem perante as leis onde os mesmos buscam todos os dias na instituição que frequenta. Segundo BRASIL (2003, p.7) “Art. 1.º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”.

A seguinte pergunta feita para os entrevistados, quais as dificuldades encontradas em relação à efetivação dos direitos das pessoas idosas?

ID 8: “Diz sentir dificuldade na área da saúde, em pegar exames, ser consultado e a espera de serem atendidos já por serem preferenciais.”

ID 14: “ Em relação a saúde, a dificuldade que sente é no posto de saúde próximo a residência, falta de medicamentos ou até profissionais para atendê-los”.

ID 1: “Relata sobre as dificuldades que enfrenta perante a saúde e a aposentadoria”.

As respostas trazem com clareza a prioridade na vida dos idosos, que é a saúde, isso dificulta no seu bem-estar, e tendo esses contratempos torna a ser complexo o acesso a resistência de uma boa saúde.

A Portaria nº 4.279/2010, que estabelece diretrizes para a organização da RAS. A utilização dos pontos de atenção das RAS, a partir da orientação e organização do cuidado proposto pelo modelo de atenção à saúde da pessoa idosa, teve como motivações: Estreitar e aperfeiçoar a articulação entre as equipes da atenção básica e as equipes dos demais componentes da RAS, para garantir maior resolutividade dos cuidados prestados à população idosa nos territórios e acompanhamento sistemáticos dos casos mais complexos. Buscar melhores resultados sanitários nas condições crônicas, diminuição das referências para especialistas e hospitais, aumento da eficiência dos sistemas de saúde, produção de serviços mais custo-efetivos e melhorias na satisfação dos usuários em relação aos serviços de saúde. Ampliar e qualificar o acesso da pessoa idosa ao SUS, a partir das suas especificidades. (BRASIL: 2014; p. 26).

A próxima pergunta efetuada foi a seguinte, indagando aos entrevistados se os mesmos conhecem os direitos que assistem as pessoas idosas.

ID 5:” Apenas conhece o espaço CRI, que fornece aos atendimentos adequado para os idosos, e é de fácil acesso”.

ID 10: “Diz conhecer o Centro de Referência do Idoso (CRI), pois tem acesso a saúde e lazer”.

ID 11: “Apenas respondeu que tem conhecimento”.

Essas foram às respostas mais próximas da pergunta feita e que foi similar as respostas dos outros entrevistados, nota-se que para os idosos a instituição permite que os mesmos tenham apoio de profissionais que tem o entendimento sobre suas problemáticas e o melhor auxílio é realizado no local.

Dentro da ótica dos direitos humanos, os direitos dos idosos vêm exemplificados e garantidos como o direito à saúde, a proteção da família, da sociedade, do Estado, bem como, a prestação de várias assistências e outros tipos de direitos. Observa-se ainda que o Estado deve prestá-los de forma eficaz e efetiva, já que são direitos positivados, não podem ser negligenciados, fato este que atualmente se observa. Assim, a omissão das políticas públicas voltadas aos idosos devem ser encaradas de forma concreta, buscando uma aplicação imediata tanto por parte do Estado, como pela cooperação da família e da sociedade, pois esta falta de responsabilidade por muitas das vezes vem da sociedade e da própria família. (LIMA, ARAUJO, FREITAS, SANTOS: 2013; p. 28).

Em seguida a pergunta feita aos usuários entrevistados sobre o seu cotidiano (dos idosos) quais os direitos que os mesmos podem relatar e se sentem respeitados, as respostas eram breves, mas obteve um deles que sente indignando pela falta de respeito que a sociedade tem sobre eles.

ID 9: “Relata sobre o preconceito que se sente, em lugares que por lei que tem preferenciais para eles, e muitos tratam como descaso, como se não precisasse disso, na por não entender e nem respeita-los”.

ID 12: “O maior desrespeito que tem observado se tem em transporte público, relata sobre o descaso de não ceder lugares preferenciais e os profissionais colabora com a falta de respeito”.

ID 13:” A indignação de está exposto para toda a população o acesso em que pessoas que possui preferencial nos lugares e a maioria insiste em desrespeitar os avisos”.

Essas foram as respostas em que atribui a falta de respeito que toda a população tem, mesmo sabendo das dificuldades que os idosos vivenciam, isso mostra o descaso em que era para ser de fácil acesso para os idosos torna a ser difícil, pois os próprios cidadão não facilitam para manter os seus direitos ofertados.

A Lei nº 10.048, disserta sobre o acesso a atendimentos preferenciais, onde é relatado que são pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos. (CF; 1988).

E por último a interrogação feita aos idosos entrevistados foram para saber se os direitos dos idosos representam liberdade e igualdade dentro da sociedade

ID 10: “Diz que na lei é representado, mas na sua vivência não são atribuídos igualdade e liberdades, se sente discriminado e percebe o preconceito exposto nas pessoas”.

ID 11: “Apresentou indignação e disse que as leis não atribui a liberdade e igualdade, pois pela sociedade ainda é tratado com desrespeito”.

ID 14: “O que é regido em lei na maioria das vezes não é posto em prática, como sua aposentadoria”.

Percebe-se que os relatos dos entrevistados é de grande importância, pois passa a entender pelo que os idosos estão passando e a falta de conhecimento sobre os direitos em que as pessoas tem e o mesmos torna a ser complexo atribuir o seu bem-comum.

Mesmo estando previsto na legislação que a sociedade possui esses direitos, eles não são efetivamente aplicados na vida real. As políticas públicas devem ser implementadas de forma que as mesmas saiam do papel e venha a fazer parte concretamente da vida da sociedade, não objetivando apenas o fornecimento de serviços públicos essenciais como segurança e hospitais, mas sim, o dever de fornecer ações efetivas para ajudar na qualidade de uma vida digna, cabendo ao Estado elaborar, planejar, executar e financiar programas e ações concretas que ajudem a garantir, de forma eficaz, os direitos sociais dos idosos. (IBDEM; p. 29).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca dos resultados da pesquisa feita no Centro de Referência do Idoso pode ser visto um local favorável para a população da terceira idade de baixa renda, pois está a disposição de profissionais que passam a organizar o espaço de forma em que os idosos obtenham informações e passam a cuidar da sua saúde mental e física, é um ambiente adequado em localidade instalada no centro da cidade para que muitos tenham acesso à instituição. E com as respostas que os idosos apresentaram, passou a ter ricas informações, a partir de que é pesquisado em livros e artigos traz o conhecimento preciso para a compreensão do estudo, mas com os comentários do próprio público possa ser entendido bem mais seu cotidiano.

E de acordo com as coletas de dados na instituição os resultados não foram esperados, pois por ser um local onde exerce os direitos dos idosos os mesmos deveriam ter mais conhecimento o espaço apenas garante seu bem-estar e fazem com que o público que frequentam a instituição não fiquem ociosos, e na realização das perguntas que trouxe respostas claras dos idosos tive essa percepção.

Por ser um lugar amplo de acesso para que os idosos e a família dos mesmos possam acompanhar suas atividades, pode perceber que os profissionais do local, que são médicos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, educadores físicos e coordenador não apresentam de forma clara os direitos que os idosos têm que não só podem ser apenas assistidos na instituição e que há outras instituições públicas aberta com esses conhecimentos, e não somente isso, mas que maioria dos idosos não são emponderados já por conhecerem poucas leis, no Centro de Referência do Idoso torna a ser apenas um espaço onde os idosos são acolhidos e se sentem bem ao estar lá, por ter acesso a saúde e ao lazer, isso torna satisfatório.

As dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa foram exatamente a procura de livros disponíveis que mostre de forma clara a trajetória das leis instituídas com decorrer dos anos, a procura de ter mais conhecimento à maioria passou a ser em artigos científicos, a partir desses materiais pude ter informações concretas, além dos contratempos na procura de informações sobre o estudo o local para buscar as coletas de dados passou ser outra dificuldade, pois a instituição onde realizei o estágio supervisionado não oferece informações onde possa ser aplicado entrevistas, então tive conhecimento sobre o Centro e o acesso até lá foi tranquilo, passei a ser bem recebida pela coordenadora da instituição quanto pelos demais profissionais, mas para ser aplicado a entrevistas foi que tornou a ser difícil, pois por ter atividades e quando acabavam de serem atendidos os idosos saiam da instituição para poder voltar para casa, daí passou a serem poucos que disponibilizaram o seu tempo para responder as perguntas.

O estudo serve de uma forma para que profissionais que trabalham com a população da terceira idade possa ser claro quanto as suas leis e garantia de direitos, tornou preocupante devido às respostas da maioria dos idosos, mas essa falta de conhecimento dos mesmos, e com os relatos que foram apresentados, possa ter uma abertura maior quanto a isso, e manter a participação da família dos idosos, acompanhar sempre pra que possam saber sobre os direitos e poder auxiliá-los. Isso torna significativo, pois a partir do momento em que todas as instituições que recebem o público de idosos possam trazer de forma clara as leis os mesmos passam a ser mais respeitados na sociedade, trazendo uma segurança de si próprios.

Isso adquire uma boa educação e mostre para aqueles que não terminaram o ensino possa continuar a aprender, a estudar sobre diversas coisas e isso passa a ser trabalhado bem mais a mentalidade dos idosos.

## REFERÊNCIAS

ARISTIDES Almeida Rocha, CHESTER Luiz Galvão Cesar. **SAÚDE PÚBLICA: BASES CONCEITUAIS**. Ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

AROUCA, A.S. **Democracia é saúde**. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8, 1986, Brasília**. Anais... Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

BARTRINI, Odária. **SUAS: SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE**. – São Paulo: Veras Editora: Curitiba, PR: CIPEC, 2007.

BRASIL, **AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2029/2015, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DO CUIDADO"**, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/audiencia-publica/DeusinaMin.Des.Social.pdf>. Acesso em 18 de Setembro de 2018 às 14:57 hr.

BRASIL, CFESS. **O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS**: Seminário Nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta, 2011. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf) . Acesso 14 de Setembro de 2018 às 15:09 hr.

BRASIL, **DIRETRIZES PARA O CUIDADO DAS PESSOAS IDOSAS NO SUS: PROPOSTA DE MODELO DE ATENÇÃO INTEGRAL: XXX CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE**, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_cuidado\\_pessoa\\_idosa\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf). Acesso em 23 de Novembro de 2018 às 19:42 hr.

BRASIL. **ATENÇÃO A SAÚDE DA PESSOA IDOSA E ENVELHECIMENTO**, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_pessoa\\_idosa\\_envelhecimento\\_v12.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_idosa_envelhecimento_v12.pdf). Acesso 28 de Setembro 2018 às 22:38 hr.

BRASIL. **AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2029/2015, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DO CUIDADO"**; Julho 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/audiencia-publica/DeusinaMin.Des.Social.pdf>. Acesso em 17 Setembro de 2018 às 10:09 hr.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1988 TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**, 1988. Disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=6ac1877a-7995-4b92-baf4-fef24e553ae8&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=6ac1877a-7995-4b92-baf4-fef24e553ae8&groupId=10136). Acesso em 29 Agosto de 2018 às 14:46 hr.

BRASIL. **ESTATUTO DO IDOSO, 2003**. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto\\_idoso\\_3edicao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf). Acesso em 27 de Agosto de 2018 às 20:23 hr.

BRASIL. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS**. 2005. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>. Acesso em 17 Setembro de 2018 às 16:06 hr.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- PNAS/2004 NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS**. 2004. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em 14 de Setembro de 2018 às 15:09 hr.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO**, 1994. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/politica\\_idoso.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf). Acesso em 12 de Setembro de 2018 às 15:44 hr.

BOSCHETTI, Ivanete. PEREIRA, Potyara A. **POLÍTICA SOCIAL: ALTERNATIVAS AO NEOLIBERALISMO**. (organizadores) Ivanete Boschetti, Potyara A. P. Pereira, Maria Auxiliadora César, Denise B. B. de Carvalho.- Brasília; UnB, Programa de Pós- graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

COSTA, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos. **A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: À LUZ DA SUA DIMENSÃO POLÍTICA**, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/PESQ25/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20CIBELLY%20MICHALANE%20OLIVEIRA%20DOS%20SANTOS%20COSTA.pdf>. Acesso em 16/10/2018 às 13:23hr.

COSTA, Nara. **POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO - RETROSPECTIVA HISTÓRICA**, 2001. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/viewFile/4676/2593>. Acesso em 24 de Agosto de 2018 às 10:40 hr.

COUTO, MARTINELLI, Berenice, Tiago. **O SERVIÇO SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): Desafios Éticos ao Trabalho Profissional**, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Shakira/Downloads/Dialnet-OservicoSocialEOSistemaUnicoDeAssistenciaSocialSUA-3987450.pdf>. Acesso em 19 de Setembro de 2018 às 14:26 hr.

DONIZETE, DUTRA, Shirley, Jane. **A GERONTOLOGIA COMO CAMPO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: Conceito, Interesses e Projeto Político**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n2/30436.pdf>. Acesso em 27 de Agosto de 2018 às 21:55 hr.

FERREIRA, TEXEIRA, Ana Pula, Solange Maria. **DIREITOS DA PESSOA IDOSA: Desafios à Efetivação na Sociedade Brasileira**, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/7486/5758>. Acesso em 28 de Agosto 2018 às 21:14 hr.

GIL, ANTÔNIO CARLOS, 1946- **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA/** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOMES, JUSTINO, FORMIGA, Tâmara, Anne, Elis. **LEI 13.466/2017: Preferência Entre Prioridades**, 2017. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/conidif/trabalhos/TRABALHO\\_EV082\\_MD1\\_SA5\\_ID168\\_20082017205945.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conidif/trabalhos/TRABALHO_EV082_MD1_SA5_ID168_20082017205945.pdf). Acesso em 29 Agosto de 2018 às 15:47 hr.

GOMES, SANDRA. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA: marcos legais e regulatórios** / Sandra Gomes, Maria Elisa Munhol, Eduardo Dias ; São Paulo : Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social : Fundação Padre Anchieta, 2009.

LIMA, ARAÚJO, FREITAS, SANTOS, Cleiton de Lima Silva, Jacson Douglas Araújo, Michele Falcão de Freitas, Solon da Cruz Santos, **A VIOLAÇÃO AO DIREITO DOS IDOSOS: OS MAUS TRATOS SOFRIDOS PELOS IDOSOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUA PROTEÇÃO**, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/8455/1/CleitonDeLimaESilva.pdf>. Acesso em 23 de Novembro de 2018 às 22:15 hr.

LUCIMAR E TATIANE, MA.AA, **ANALFABETISMO NA TERCEIRA IDADE:**

LUZ, FREIRE, PONTES, QUEIROS, DIAS, Eliane Silva da Luz, Ivanilda Maria Freire, Lucas Matheus Pontes de Souza, Maria Valdirene Airis de Queiros e João Maria Dias e Silva. **O IDOSO, SUA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA E A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**, 2015. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO\\_EV040\\_MD2\\_SA14\\_ID1516\\_23072015152412.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA14_ID1516_23072015152412.pdf). Acesso em 23 de Novembro de 2018 às 17:30 hr.

MEDICINA.BLOG.BR. **HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL - UM SÉCULO DE LUTA PELO DIREITO A SAÚDE**, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SP8FJc7YTa0>. Acesso em 26 Agosto de 2018 às 21:10 hr.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, **PESQUISAS DO IBGE**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/30082004projecaopopulacao.shtm>. Acesso em 24 de Agosto de 2018 às 15:21 hr.

MOTAS, Ana Elizabete. **O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENSAIOS SOBRE Estado, política e sociedade**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2010.  
NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O DESAFIO DE CONSTRUIR E CONSOLIDAR DIREITOS NO MUNDO GLOBALIZADO**. Serviço Social & Sociedade. n. 82 – Ano XXVI - São Paulo: Cortez, 2005.

**NÚMERO DE IDOSOS CRESCE 18% EM 5 ANOS E ULTRAPASSA 30 MILHÕES EM 2017-IBGE NOTÍCIAS**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso 12 de Setembro de 2018 às 18:55 hr.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E A PESQUISA SOBRE O IDOSO NO BRASIL: DIFERENTES ABORDAGENS DA TEMÁTICA NAS TESES E DISSERTAÇÕES**, 2000. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1845/243>. Acesso em 18 de Setembro de 2018 às 20:32 hr.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **RESUMO: RELÁRIO MUNDIAL DE ENVELHECIMENTO A SAÚDE**, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br//wp->

content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf. Acesso em 24 de Agosto de 2018 às 09:49 hr.

PAIM, Jairnilson Silva. **A REFORMA SANITÁRIA E O CEBES** / Jairnilson Silva Paim. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A PESSOA IDOSA. EIXOS TEMÁTICOS. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, 2006. Disponível em: [http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_eixos/4.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/4.pdf). Acesso em 11/10/2018 às 22:19 hr.

**PESQUISA DO ANALFABETISMO EM SINOP-MT.** In Revista Eventos Pedagógicos PINHEIRO, SMITH, Susanne Pinheiro Costa e Silva e Maria Cristina Smith Menandro. **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE E DE SEUS CUIDADOS PARA HOMENS E MULHERES IDOSOS**, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n2/0104-1290-sausoc-23-2-0626.pdf>. Acesso em 23 de Novembro de 2018 às 12:20 hr.

SANCHES, FONSECA, Prof. DR. Sérgio César, Marcela. **A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS ASSISTENCIAIS EM ESPAÇO ESCOLAR**, 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502833022\\_ARQUIVO\\_ALegiaoBrasileiradeAssistenciaeoprocessodeinteriorizaodaopoliticasassistenciaisemespacoscolar\\_final.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502833022_ARQUIVO_ALegiaoBrasileiradeAssistenciaeoprocessodeinteriorizaodaopoliticasassistenciaisemespacoscolar_final.pdf). Acesso em 24 de Agosto de 2018 às 21:14 hr.

SANTOS, Nelson Rodrigues. **POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO: Seu Desenvolvimento Instituído e Instituinte, o Direito Sanitário, a Governabilidade e a busca de saídas.** Rio de Janeiro: Cebes, 2012.

SCHNEIDER, IRIGARAY, Rodolfo Herberto Schneider e Tatiana Quarti Irigaray. **O ENVELHECIMENTO NA ATUALIDADE: ASPECTOS CRONOLÓGICOS, BIOLÓGICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS**, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>. Acesso em 23 de Novembro de 2018 às 13:29 hr.

SILVA, José Anísio. **GESTÃO DA POLITICA NACIONAL DO IDOSO À LUZ DA REALIDADE DE JUIZ DE FORA**, 2010. Disponível em :[http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2010/06/jose\\_anisio.pdf](http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2010/06/jose_anisio.pdf). Acesso em 23 de Agosto de 2018 às 21:50 hr.

TAVARES, M<sup>a</sup> da C. & MELIN, L. Eduardo. Mitos globais e fatos regionais. In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) **Globalização: o fato e o mito.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.  
v.5, n.2 (11. ed.), 2014.

YAZBECK, M.C, **MUDANÇAS ATUAIS NO CAPITALISMO DE PERSPECTIVA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.** In. Revista de Políticas Públicas, São Luiz, especial, 2009.

**APÊNDICE (S)**

**APÊNDICE A: ENTREVISTA APLICADA PARA OS IDOSOS NO CENTRO DE  
REFERENCIA DO IDOSO**

**Característica Inicial:**

**Sexo:** Feminino ( )      Masculino ( )

**Idade:** 60-65 anos de idade ( ) / 66-70 ( ) anos de idade / 71-80 ( ) anos de idade / mais de 80 anos de idade ( ).

**Grau de Escolaridade:**

Ensino Fundamental Incompleto ( )

Ensino Fundamental Completo ( )

Ensino Médio Incompleto ( )

Ensino Médio Completo ( )

Ensino Superior ( )

Analfabeto ( )

**Renda Familiar:**

( ) Sem Renda

( ) de ½ a 1 Salario Mínimo.

( ) de 1/5 a 2 Salario Mínimo.

( ) e acima 2 Salario Mínimo.

5) O Sr (a) conhece alguma lei que protege a pessoa idosa? Quais?

-

---



---



---

6) Quais são as dificuldades encontradas em relação a efetivação dos direitos das pessoas idosas?

---



---



---

7) O Sr (a) conhece dos direitos que assistem as pessoas idosas?



---

---

---

8) No seu cotidiano (dia-a-dia) quais são os direitos que senhor/senhora podem relatar e se sentem respeitados?

---

---

---

9) Os direitos dos idosos representam liberdade e igualdade dentro da sociedade?

---

---

---

**APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO LIVRE E  
ESCLARECIDO.**

Estou realizando uma monografia para o trabalho de conclusão de curso em intitulado **A BUSCA POR DIREITOS PARA PESSOAS DA TERCEIRA IDADE:** uma revisão histórica sobre a construção dos direitos da pessoa idosa no Brasil, o Sra (o) - \_\_\_\_\_ foi pleno esclarecido que participando desse projeto, esta participando de uma atividade cunho acadêmico que tem como um dos objetivos de realizar conhecimento e esclarecimentos dos direitos ofertados para pessoas idosas.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- ✓ A pesquisa seguirá todas as normas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 - Conselho Nacional de saúde, que estabelecem diretrizes e normas que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos.
- ✓ Será garantindo ao pesquisado consentimento livre e estabelecido, sendo concedida a liberdade de recusar ou retirar seu consentimento. A proteção desses indivíduos será respeitada em sua autonomia e não maleficência.
- ✓ Serão usados nomes fictícios para os pesquisados para garantir o sigilo e a privacidade dos mesmos, com caráter confidencial.
- ✓ Não haverá qualquer ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto e não ocorrendo qualquer dano físico ou moral ao pesquisado, portanto, não havendo necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer duvida ou solicitação de esclarecimento o participante poderá contatar a (o) aluno (a) Mariana Piencó de Oliveira do curso de Serviço Social do Centro Universitário Leão Sampaio – UNILEÃO, com matrícula 2015103405, no número de telefone(s): 88988065875. Ao final da pesquisa, for necessário, terei livre acesso ao conteúdo do mesmo, podendo discutir dados com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Dessa forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento Livre e Esclarecido.

---

Pesquisador Responsável

---

Assinatura do Participante

---

Dactiloscópica do participante da pesquisa